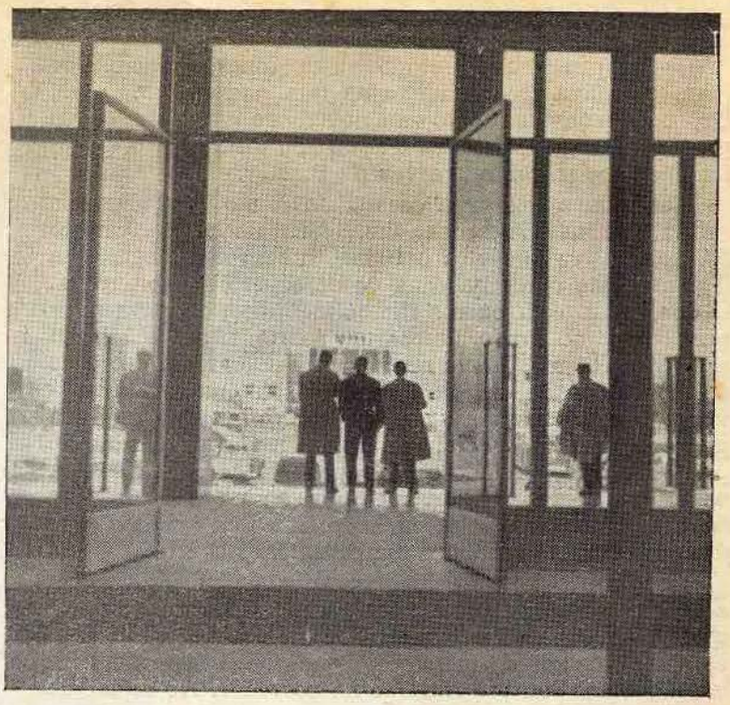
4

QUADRANTE

jornal da associação académica da faculdade de direito — lisboa



pelo alargamento DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

por Pedro Ramos de Almeida

Um dos factos mais salientes dos últimos anos no campo universitário é, sem dúvida, o desenvolvimento das Associações de Estudantes.

Graças ao esforço de umas largas centenas, senão milhares, de estudantes, as Associações souberam galgar a fase das esperanças, para se concretizarem numa realidade viva, sempre em crescimento e de saudável projecção na vida nacional.

Hoje, ninguém ignora a sua existência. E, mais do que isso: onde se criaram A. E., quero crer que não haja um estudante, um único, que não tenha beneficiado directamente com as suas realizações.

Superando as naturais divergências políticas e religiosas dos estudantes, colocando as suas actividades e iniciativas num plano que torna possível a coexistência e a entreajuda das diversas formações e mentalidades, as Associações de Estudantes não só abrem caminho a uma bela união e estima académicas — base de todos os seus maiores êxitos — como dão uma enorme lição de civismo e de respeito mútuo, que não deixará de contribuir para a criação de novos homens, mais lúcidos e mais humanos.

Isto dito, importa agora ver mais de perto quais são os problemas mais importantes que se colocam na presente fase da sua vida, qual é o seu actual desenvolvimento, o que, o mesmo deverá ser dizer, quais são as mais prementes e sentidas aspirações académicas e em que medida, e como, estão as A. E. contribuindo para a sua satisfação.

Desde já devo dizer que não tenho a pretensão de esgotar o problema, nem de o ver sob todos os seus ângulos. Só pretendo lançar as bases de um debate construtivo sobre estes pontos, condição, quanto a mim indispensável, para uma renovação e arejamento de toda a vida académica.

É possível, também, que ressaltem muito mais os pontos negativos actuais, deixando na sombra os positivos, que são poucos. É que me parece que é sobre esses que principalmente deve recair a nossa atenção, se queremos fazer mais e melhor. O que está bem, bem está. O que temos de corrigir, são os nossos erros.

I

Quer-me parecer que, apesar de todos os progressos, as A. E., e nomeadamente a nossa, ainda não conseguiram unir efectivamente, activamente, a grande maioria dos estudantes das Faculdades.

Se é certo que, por exemplo, em cerca de 1.350 alunos que tem a nossa Faculdade, para cima de 800 são volluntàriamente sócios da A. A. — o que mostra bem a simpatia com que é encarada pelos estudantes — não é menos verdade (ainda que se deva apontar o progresso constante) que só cerca de 100 trabalham na A. A. mais ou menos continuamente.

Porquê? Por defeitos inerentes aos estudantes actuais? Por falta de possibilidades das A. A.? Porque estas são insusceptíveis de responder às grandes perguntas, aos grandes problemas dos estudantes? Por mim, diga-se o que se disser sobre as características dos alunos universitários actuais, ou sobre as naturais limitações das A. A., respondo não, não encontramos obstáculos inultrapassáveis. Dificuldades. Explicações de muitas coisas. Mas não obstáculos imbatíveis.

É certo que muitos estudantes universitários vêm para a vida universitária com objectivos que os levam ao isolacionismo, por vezes até ao extremo egoísmo. Adiante dos seus olhos, como um ponto fixo, crava-se o ideal da conquista do seu lugar ao sol, mais ou menos quente, consoante as circunstâncias. Sim. É certo e é natural.

É certo e é natural que, pela origem, pela sua educação, pelos seus principais objectivos e até,

(continuação na pág. 15)

post-scriptum

Em cada praça um branco pelourinho
Conta triunfos certos do terror.
É esta a herança, amor:
Guarda-a nos dedos como um passarinho.

Não temos outra. Mister é saber
Acarinhar agora a que nos resta.
Em cada auto de fé de fim de festa
Iamos nós, para a fogueira, arder.

Assim foi e será. Mas eu e tu
Com a parte de dentro posta a nu,
Insistimos em ter segredos, cartas...

E quando me levarem, por fim morto,
Fico contigo inteiro, embora parte. Quem sabe
Onde começa e onde acaba um corpo...

NATAL 59 JOSÉ CUTILEIRO

Agarrado ao corrimão o Elder fazia uns exercícios ginásticos da sua autoria. Enquanto saltitava, ora sobre um pé, ora sobre o outro, disse:

— Compra tu o jornal que eu telefono-te depois. Por mim, gramava ir a um cinema qualquer de 2.ª. Aliás, isso até te convém. Como vais no sábado para fora, deves preferir não gastar muita massa. Em último caso, podemos sempre ir ver outra vez o «Picnic».

Começou a descer a escada ao ritmo irregular dos saltos do Elder. Agradava-lhe a ideia de ir ao «Picnic». Da última vez que viu o filme, tinham-lhe chegado as lágrimas aos olhos na cena de desespero da solteirona. O que, junto com outros factos idênticos, chegava para provar que no fundo ele era um sentimental. Aliás, não era só no cinema. Duma maneira geral, as manifestações de solidariedade ou de compreensão humana comoviam-no duma maneira assustadora. Ele sabia que era pieguice, mas não podia, por exemplo, ver a multidão de pé no Estádio, ouvindo o hino nacional em silêncio, sem sentir um aperto na garganta e o estômago a subir-lhe no peito como um balão inchado. A culpa era dos seus dezoito anos e do maldito temperamento latino.

Comprou o jornal e foi para casa. Subiu os degraus a três e três e entrou com um assobio entre os dentes, que pretendia imitar um avião a jacto. Pendurou o casaco no cabide do quarto e, como não estava ninguém em casa, ensaiou um flic-flac no corredor. No andar de baixo, a vizinha ouviu um pequeno estrondo quando os sapatos dele bateram no chão a chamada a pés juntos. Depois, um estrondo bastante maior quando os sapatos dele não bateram no chão à chegada. Um bocado de caliça desprendeu-se do tecto em sinal de protesto.

Por esta altura, já ele estava sentado no sofá do escritório, esfregando as costas contra o espaldar. Tinha voado bem, pensou; a aterrissagem é que ainda estava um pouco imperfeita. Agarrou no jornal e pôs-se a percorrer o cartaz dos espectáculos. E foi só depois de não se ter decidido por nenhum, que, folheando distraìdamente as páginas de anúncios, viu a notícia.

A fotografia era antiga, embora com bastantes semelhanças. Ficou a olhá-la longamente e de repente percebeu. O nome em grossos caracteres negros não deixava margem a dúvidas. Por um momento recusou-se a acreditar. Leu a notícia do princípio ao fim. Tornou a ler, sem compreender bem. Sabia por instinto do que se tratava, mas simplesmente não entendia as palavras. Fitou-as como quem olha para o céu todo azul e vê apenas o conjunto, sem distinguir pormenores. Levantou-se com o jornal na mão, sem pensar em nada. Encostou-se à estante e a certeza caiu nele como um desânimo. Ergueu o jornal à altura dos olhos. Sem saber o que fazia, começou a contar as linhas da notícia. 18. Contou outra vez, de baixo para cima. — Dezoito, disse em voz alta. E o número parecia cheio de sentidos misteriosos.

O barulho do autocarro lá em baixo a travar na paragem tocou-lhe os nervos motores. Percorreu o escritório e o corredor, febrilmente. Entrou no quarto, fechou a porta com o pé. Sentou-se e tirou a tesoura da gaveta.

Tudo normal. O ritmo da respiração regular. Contou as pulsações: 72. Tudo normal. Nenhuma angústia. Sentia-se estranhamente calmo. Agarrou no jornal com mão firme e recortou a notícia. No silêncio, amálgama dos ruídos da rua, o tiquetaque do despertador era quase obsessivo. A tesoura aquecia-lhe entre os dedos. «Seus pais... vêm por este meio agradecer...». Começou a ter medo. Medo por estar tão calmo e por algo de latente, que pressentia. Nem sofrimento, nem desespero, apenas um vazio. Um vazio completo, turvado pelo medo nascente. Aquela espécie de medo ao contrário. Medo de não ter medo. «...agradecer a todos os que se interessaram durante a sua doença...» Era quase uma acusação. Mas ele não sabia que ela já estava em Lisboa. E ela não tinha podido avisá-lo. Ou talvez não o quisesse preocupar.

Ela dissera-lhe certa vez que todas as noites o seu último pensamento era para ele. Amavam-se tanto.

Pôs-se a imaginar uma conversa com ela nos derradeiros minutos. Impossível. E agora era inútil. Inspirou profundamente. Estava calmo, muito calmo. Apenas aquela coisa latente subira um pouco de intensidade. Os seus nervos eram mais fortes do que sempre calculara. Podia considerar-se senhor da situação. Uma mera questão de auto-domínio. Podia até sorrir, se quisesse. Olhou para o espelho e sorriu de facto. Mas só os lábios. Os olhos, os olhos fixos no sorriso hercúleo. De repente, teve vontade de gritar. Gritar ainda através daquele sorriso que lhe fazia mal. A tal coisa tornou-se mais forte e transformou-se em náuseas. O sorriso continuava pregado no espelho; não nele. Ele estava vazio e só tinha medo e náuseas. Mas estava calmo. Tão calmo que lhe apetecia gritar. Sentiu-se estrangulado. Um peso na garganta. Um peso estranho, que o impedia de gritar. Um peso como mãos, como as mãos grossas do Vítor.

Mariella

As mãos brancas e maciças, sem pêlos, a esmagar-lhe a garganta. O corpo do Vítor colava-lhe as costelas à areia. Tentou sacudi-lo. Meteu-lhe o joelho no peito e fez força. A mão esquerda do Vítor parecia uma locomotiva, a chocar-lhe metòdicamente na têmpora direita.

Apoiando-se no pé esquerdo, conseguiu rodar um pouco; com uma joelhada no estômago do adversário, livrou-se dele. Mal tinha acabado de se pôr em pé, com os olhos cheios de areia, apanhou um soco na base do esterno. A respiração fugiu-lhe, curvou-se quase até ao chão e nesse momento sentiu um zumbido muito forte. Umas coisas azuis tapavam-lhe a visão. Teve a impressão esquisita de sentir os pés, as mãos, todo o corpo virado ao contrário. Só a cabeça latejava voltada para cima.

Deixou-se ficar durante um minuto completamente imóvel. Numa sobreposição errada, o céu apareceu no prolongamento da linha da praia. Percebeu vagamente que devia ser o mar. Ergueu-se sobre o cotovelo. Sacudiu a areia da cara com a mão livre e levantou-se. Abanou a cabeça repetidamente e inspirou. A tontura começou a passar-lhe com o primeiro mergulho. Nadou para fora de pé e, quando voltava, viu a Mariella à espera dele. Ao sair da água, sentiu um arrepio. Ela encaminhou-se para um toldo e ele seguiu-a. Espirrou duas vezes. Sentou-se com as costas contra o pau, mantendo a cabeça à sombra.

— Julguei que vocês tinham vindo jogar à bola, disse ela, olhando-o bem nos olhos. Ele passou a mão pelo cabelo e não respondeu.

— O Vítor veio-se gabar de te ter batido. Os outros ficaram a ouvir a história toda. Eu vim. Como foi? Ele bateu-te?

— Ouve... É preciso agradecer por me vires consolar? Quero lá saber do que tu penses disso ou os outros. Apanhei pancada do Vítor, pronto. E depois? Ele tinha toda a razão. Eu nem sequer me tentei defender. Aliás, se tivesse tentado ainda apanhava mais...

Disse aquilo de enfiada, como um ponto final ostensivo. Ela deixou de brincar com a corda do toldo e sentou-se sobre as pernas cruzadas. Enquanto fazia desenhos na areia com o dedo, insistiu:

— Preferes não falar disso?

— Sim. E prefiro...

— Não, quero ficar ao pé de ti.

Com movimentos rápidos estendeu-se ao comprido com a cabeça no colo dele. Agarrou-lhe na mão molhada e fechou os olhos.

Era o primeiro dia de Outubro e a praia estava deserta. No pequeno restaurante, só uma mesa ocupada. O Vítor cansara-se de relatar as suas proezas e jogava ao poker com os outros. De vez em quando, ouviam-se frases soltas levadas pelo vento. Não havia barracas armadas e o banheiro começara já a desarmar os poucos toldos. Quando chegou ao deles, passou adiante. Por baixo das calças arregaçadas, as pernas musculosas estavam cobertas duma crosta de sal. Ele olhou para

ela e ela fitava-o com um sorrso.

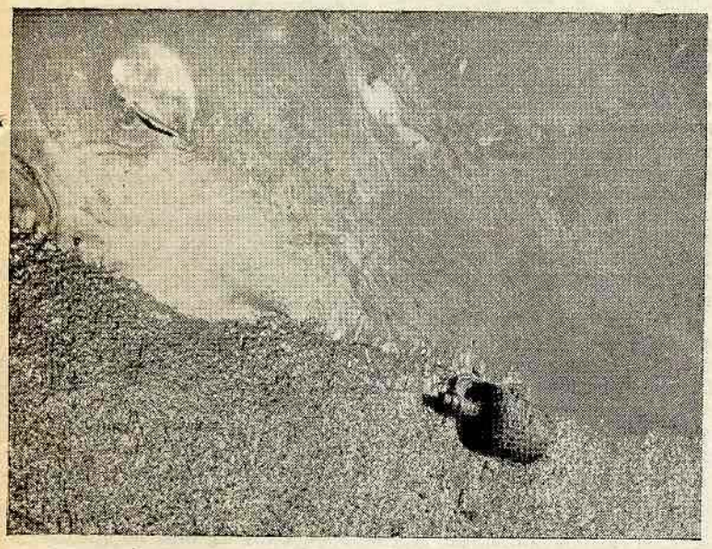
— Lembras-te, no dia em que me pediste namoro? Disseste-me que o amor não é um sacrifício recíproco, uma tentativa de identificação, mas antes uma dádiva recíproca e constante. Que não era de pensarmos e sentirmos da mesma maneira que precisávamos, mas sim de completarmo-nos um ao outro. Não uma absorção egoísta, só compreensão, simpatia... É tão belo continuarmos diferentes um do outro, e ao mesmo tempo amarmo-nos por tudo isso.

por belarmino gonçalves martins

Ele olhou-lhe o rosto inundado de sol e acariciou-lhe os cabelos com ternura. Depois o seu olhar percorreu-lhe as linhas do corpo, modeladas pelo fato de banho muito justo. O peso da cabeça dela sobre a barriga excitava-lhe o desejo. Fitou longamente o mar.

— Gosto tanto de te ouvir falar, querido; mesmo quando não dizes nada, apenas porque é a tua voz que eu ouço.

O banheiro passou em sentido contrário ao de há pouco, carregado com paus de toldos.



— Que queres que te diga? É tudo tão simples. A verdade que há em nós e em todas as coisas à nossa volta. É a vida o que eu vejo nos teus olhos, no teu sorriso. Quando estou contigo, sinto-me parte de qualquer coisa de sincero, de autêntico...

Ela puxou-lhe meigamente a cabeça para baixo. Beijaram-se como se fosse pela primeira vez. Ele passou-lhe o braço pela cintura e ergueu-a até si. O pano do toldo bateu com o vento. Um pano branco com ténues listas azuis transversais. Encostou-a ao peito e ela repousou a cabeça no ombro dele. Beijou-lhe ao de leve os cabelos escuros, acastanhados pelo sol. O cabelo dela esvoaçou-lhe contra o rosto.

E foi ainda sob a impressão desse contacto que uma grande paz o começou a invadir. Levantou-se e foi até à janela olhar a rua. As mesmas caras de sempre. Meia dúzia de pessoas à espera do autocarro. No prédio em frente, a criada do rés-do-chão berrava pelo taberneiro. alta, para se habituar às palavras. E tudo continuou na mesma. Qualquer coisa como um desalento apoderou-se dele. Mas havia um elemento diferente agora: sentia de novo a força do amor que os unia. Não, não podia desfalecer. Tinham estado sempre juntos e voltados para a vida; enfrentá-la sòzinho naquele momento, era o que o amor de Mariella lhe exigia. Sabia que era esse o caminho, mas segui-lo era matá-la outra vez, matá-la para que ele pudesse viver.

Voltou para dentro. Pegou no recorte e leu de novo a notícia. Resgá-la? Não. Não queria ruínas, mas edifícios novos. Não queria esquecer: queria recordar para destruir. Dobrou o pedaço de papel em dois e meteu-o na carteira. Lembrou-se dum apontamento que lera algures sobre a guerra. Numa das cidades mais severamente castigadas pelos bombardeamentos, todos os dias, depois do raid habitual dos aviões inimigos, havia uma velhinha que saía à rua de vassoura em punho, para varrer os destroços acumulados diante da sua casa em ruinas. Era da coragem dessa mulher que ele precisava.

Guardou a tesoura e foi telefonar ao Elder. Disse-lhe que estava disposto a ir ver o «Picnic» e ficou a ouvi-lo falar de coisas sem importância. Acendeu um cigarro com a mão direita e fez hum-hum no auscultador. A boca formava-lhe em silêncio palavras de confidência, mas conteve-se até desligar. Os seus amigos não deviam saber; aquela era uma batalha para travar sòzinho. Dizer-lhes agora tudo, era o pior que lhe podia acontecer. Tentariam consolá-lo e ele enojar-se-ia de si próprio. Tentariam dar-lhe conselhos e ele rir-se-ia com amargura das suas boas intenções desajeitadas. Iria colocar-se no papel do infeliz que busca a piedade dos amigos, transformar-se no espectáculo ambulante duma «tremenda luta interior». Era sacrificar o sentido da realidade ao prazer de ser consolado.

Contar-lhes-ei tudo mais tarde, pensou, quando estiver mais seguro de mim, e puder falar disto no passado como uma recordação triste. Escreverei talvez um conto, e esse será o sinal de que terei vencido.

Esmagou a ponta do cigarro no cinzeiro. Ageitou a gravata e vestiu o casaco. Apalpou a carteira e sentiu a presença daquela noticiazinha, que abrira um ciclo novo na sua vida. Pensou no dia em que poderia rasgar aquele recorte sem sofrimento.

Desceu a escada devagar, com a elasticidade de sempre. À porta, a senhora Maria, porteira do prédio, falava baixinho com uma rapariga dos seus vinte anos. A velhota acolheu-o com o «Bom-dia, menino» habitual. Por debaixo dos seus cabelos brancos, os olhos cinzentos tinham qualquer coisa do sorriso de Mariella, que o fazia crer na vida.

A sua voz era abafada pelos carros que passavam. O neto do sapateiro cantava em surdina com uma garrafa de vinho na mão. O carrito dele estava ao sol na «máquina de costura». Fora o pai dele que lhe dera aquela designação, porque na rua, junto ao passeio, havia vestígios dum conserto e os paralelipípedos eram mais escuros e formavam aquele desenho característico. Era o primeiro lugar da rua a apanhar sombra e só ele e o pai sabiam disso. Na oficina à esquerda, metiam água num grande Mercedes de praça. Tudo tão simples. Simples como a verdade de todos os dias.

— Ela morreu, morreu, morreu... — disse em voz

música nova:

ALGUNS PROBLEMAS DA SUA ESTÉTICA

por álvaro leon cassuto

Segundo a concepção tradicional, a estética é o capítulo da filosofia que se ocupa do objecto da Arte: o Belo.

Não é certamente fácil exprimir por palavras o que só a arte pode dizer; não fosse assim e esta seria supérflua! Mas, por vezes, e porque a interrelacionação das várias actividades psíquicas é um facto inegável, a compreensão lógica (do sentido das palavras, portanto) constitui um auxílio fundamental para atingir um aperfeiçoamento da sensibilidade e compreensao esteticas.

Não recuemos perante «compreender» a Arte. A afirmaçao de que esta deve ser ùnicamente «sentida» é perfeitamente gratuita. A actividade artistica é essencial ao ser racional — o facto de haver simios que pintam constitui uma excepçao irrelevante; além disso as excepções confirmam a regra, segundo se costuma afirmar — e utilizar-se, quer o criador, quer o espectador (lato sensu), das suas aptidões intelectuais e aplicá-las à Arte não é, de modo algum, contrário ao que ela exige de nós, seres racionais.

Posta esta explicação preambular, cumpre acrescentar que a música — e é desta que estamos a tratar — assume um aspecto especial dentro dos vários sectores da Arte. As artes plásticas têm como meio de expressão objectos concretos que excitam mais do que um sentido: a vista e o tacto, ao tratar-se da escultura, por exemplo; a pintura figurativa destina-se só ao primeiro, contudo vem associar-se-lhe a imaginação reprodutora que é um auxiliar poderoso para a apreensão do objecto de arte. Mais adiante referir-me-ei à pintura abstracta.

As artes rítmicas, a poesia, o «ballet» — este como expressão de carácter misto — e a música exigem já faculdades psíquicas mais perfeitas, dado que é mais fácil apreender o estático do que o dinâmico, porque, aqui, o espírito se tem de acomodar sucessivamente ao objecto de arte e isto no ritmo do seu movimento. Cada momento exige à sua apreensão a associação do anterior, e o grau de perfeição da memória visual para o ballet, auditiva para a música, é de suma importância para tal efeito. A poesia destina-se tanto à compreensão lógica como à sensibilidade, e esta pressupõe aquela. A não ser que ela seja abstracta, utilizando as palavras no seu aspecto puramente sonoro, prescindindo pois do seu significado lógico, e neste caso tratar-se-á dum capítulo especial da música, na sua qualidade de arte dos sons.

As dificuldades que se nos deparam ao encararmos a solução do problema da apreensão da música são várias: em primeiro lugar há o elevado grau de abstracção que ela exige do ouvinte, que a não pode aferir por padrões objectivos, como na pintura figurativa. Aqui vem a propósito referirmo-nos à pintura abstracta: também esta não tem esse padrão por onde aferir o seu grau de perfeição objectiva — e o espectador tem sempre a tendência de encarar nas artes plásticas a sua perfeição objectiva, tal como, na música, tende a excluí-la para cair num subjectivismo talvez exagerado, mas explicável pela complexidade do seu aspecto objectivo. Contudo, sendo uma arte estática, tem as vantagens desta, que simplifica a sua apreensão em relação à música.

Outro problema que surge na música, é o absoluto desconhecimento que a generalidade das pessoas tem dos seus aspectos técnicos, que são exactamente aqueles que permitem considerá-la objectivamente.

Condenar a música a uma exclusiva objectividade em relação ao ouvinte, desconhecê-la nos seus aspectos reais ou técnicos, é privá-la do seu aspecto, não mais nem menos importante do que aquele que designei, por oposição a este, subjectivo. Quem desconhece a técnica da composição nunca poderá inteirar-se exaustivamente da beleza (ou das belezas, conforme se pense ser o «belo» uno ou não) duma fuga de Bach!

É evidente que todo aquele que desconhece este aspecto tende a desconsiderá-lo, não será certamente exagerado afirmar que o despreza, mas o facto é que a ignorância não legitima um ponto de vista errado; e, aqui, é este o caso.

Será um exagero de racionalismo tal afirmação? Pode em qualquer caso ser objecto de discussão, mas há um argumento a favor, que não deve ser menosprezado e que indiquei nas primeiras linhas deste artigo: o aspecto racional de todo o criador de obras de arte. Se a Arte é obra dum ser racional, é absolutamente contraditório e ilógico afirmar que não é com a Razão que o ouvinte deve encará-la. Por outro lado, há duas maneiras de ouvir: activa e passivamente. Se esta última é a mais vulgar — e está em harmonia com a lei do menor esforço — a primeira, mais perfeita, exige a colaboração da Razão e pressupõe conhecimentos—não acrescento objectivos porque existem conhecimentos subjectivos — dos processos de criação da obra.

É evidente que uma ideia musical não é técnica. Mas será isto tão evidente como parece? Se no compositor que teve uma sólida formação técnica, o subconsciente o pode levar a coadunar as suas ideias musicais com fórmulas técnicas apriorísticas, no compositor «virgem», num Mozart de poucos anos, tal é inconcebível. Mas sê-lo-á? É natural que se possa afirmar que tal ideia musical brote espontâneamente, mas, resultando dum ser racional, o seu irracionalismo deve ser posto de parte (1). Se as leis da lógica existiram em potência antes do pensamento (no caso de admitirmos uma concepção existencialista do Homem), se as leis da matemática existiram em potência antes da sua objectivização pelos algarismos, porque não admitir a existência em potência de leis de composição, que se transformam em acto com a própria criação da ideia musical? Leibnitz, por exemplo pensava que a música seria uma secreta ginástica aritmética do espírito. Se nos abstrairmos do seu aspecto sonoro, ela surge como uma estrutura racional, desprovida de qualquer carácter de criação espontânea, na medida em que se considera esta irracional. E tal não é impossível, como o prova a obra de Joseph Schillinger que, com ela, confirma a afirmação de Kandinsky: «Como última expressão abstracta na arte, fica o algarismo».

Será a matemática, a arte dos algarismos, uma arte irracional? Não é decerto supérfluo atentar na inclinação de grandes músicos para a matemática ou outra formação lógica. E a própria classificação de artistas, músicos, pintores, poetas, de intelectuais não constituirá uma prova a favor do racionalismo de qualquer arte?

Pode contudo, argumentar-se dizendo que o objecto da música não é a técnica mas os sons. Mas é impossível conceber música sem uma estrutura em que assentem os sons, estrutura essa que permite determinar a interrelacionação dos sons e que é, ela mesma, o objecto (ou resultado) da técnica; ela não é bela nem feia, quando muito será perfeita ou imperfeita. Mas sem ela teríamos pura e simplesmente sons, com ela temos a arte dos sons, de que é condição «sine qua non».

Estas considerações não devem conduzir à inferência de que não dou importância à sensibilidade na apreciação da música. Fazê-la participar nesta em pé de igualdade com a compreensão, não é negar a sua relevância.

Exposto o meu ponto de vista sobre a atitude do ouvinte perante a obra, uma atitude que deve ser, portanto, de compreensão como de sensibilidade, sobretudo de compreensão para equilibrar este dualismo em que costuma predominar a sensibilidade, vamos encarar um factor que se opõe à referida compreensão e sensibilidade, na medida em que estas devem suscitar o sentimento de Belo: o hábito.

Se existe algo que pode atrofiar qualquer das duas funções indicadas, é certamente o hábito o factor mais decisivo. Muitos ouvintes não hesitam perante a afirmação de que a música séria moderna é desagradável ao ouvido (desagradável «vulgo sensu» pois esta sensação de desiquilíbrio pode, por vezes, excitar muito mais o nosso sentido estético do que o agradável) sem, no entanto, optarem pela mesma afirmação ao tratar-se de um estilo exótico, como um dos orientais. Aqui o ouvinte entra em consideração com o seu hábito que não se conforma com tal expressão da Arte. A sua incompreensão e insensibilidade surge-lhe como uma imperfeição sua, e não a atribui ao objecto que aprecia.

A razão que o leva a não fazer o mesmo em relação à música séria moderna reside no facto de que, enquanto a música exótica se não dirige ao ouvinte em questão, aqui já ele não pode defender-se com o argumento da sua incompatibilidade com a música séria contemporânea porque esta se lhe dirige directamente, declarando pois a incompatibilidade dessa música com ele, ouvinte, e, generalizando, com a maioria dos ouvintes. Na verdade, se ele não compreende algo que se lhe dirige, esse algo será defeituoso; a lei do menor esforço, que o leva a prescindir de qualquer atitude activa durante a audição, a sua falta de hábito, são factores que ele não toma em conta.

O ouvinte que afirma não gostar da música séria contemporânea e acrescenta que nunca poderá afirmar que a música séria assunto dirá, com a mesma convicção, ser falta de hábito que o leva a achar falho de interesse um estilo musical diferente daquele a que está habituado; em ambos os casos é o hábito que o conduz a esta opinião. Não se poderá afirmar que a música série em questão é objectivamente feia (e, portanto, irremediàvelmente feia para qualquer indivíduo) e que a música oriental só é subjectivamente feia (e portanto, só para aqueles a que se não destina).

Será este um argumento que possa levar muitas pessoas, convictas da sua incompatibilidade com a música séria moderna, a encará-la sem «parti pris» e habituar-se a ela, descobrindo-lhe assim a Beleza que encerra. Esperemos que, pelo menos, faça vacilar os fundamentos em que a opinião dessas pessoas se baseia, e sejamos confiantes na sua boa vontade em pôr de parte a «lei do menor esforço». Atingir este intuito será decerto a maior vitória da civilização artística dos nossos dias sobre o Homem.

---

(1) Existe hoje em dia o que se costuma chamar «arte aleatória»: aqui o irracionalismo se torna realidade. Na música, por exemplo, os sons seriam determinados, melhor, sorteados como dados num copo de pocker. Porém, o carácter experimental que esta arte ainda apresenta, não me permite aprofundá-la.

Tipologia da REALIDADE JURÍDICA

por SÉRGIO DE ABREU E MOTTA

Nos últimos decénios generalizou-se o emprego, tanto nas ciências naturais como sociais, do termo *tipo*, embora o seu significado exacto permaneça controverso. Limitar-nos-emos a oferecer a seguinte noção: tipo é o princípio que sintetiza uma série de notas dominantes em certos objectos. Consoante o princípio se apresente como modelo em relação ao qual os fenómenos individuais sejam aproximações, ou como configuração dinâmica imanente no grupo de características dos objectos, assim teremos uma orientação de base ideal ou real. Atribuímos carácter principal ao tipo porque constitui uma forma de ordenação relativamente autónoma. Um conjunto de tipos envolvendo toda uma região de objectos institui uma tipologia.

Enquanto a espécie é composta pelas notas genérica e diferenciadora, ambas constantes, o tipo inclui características aparecendo com frequência, ainda que variem na quantidade e aspectos de manifestação. Por outro lado, a totalidade das notas imprime-lhe uma peculiaridade concreta, que não se ajusta à função de relacionação abstracta da espécie-género. Usando a terminologia orteguiana, diremos que atende à dimensão de *veracidade* do conceito. A evolução do conceito mostra-nos uma progressiva logificação, isto é, a redução a uma cadeia de relações conceptuais, os teoremas, fundadas em axiomas. Porventura reside aí a necessidade das ciências recorrerem a uma noção que revalide a cara «ad extra» do conceito.

O Direito, manifestação cultural, dá-se em sistemas particulares informando, disciplinando comunidades diferenciadas no espaço e no tempo. Nas ordens jurídicas positivas, desenvolvidas e individualizadas històricamente, encontramos combinações de pensamentos jurídicos — acerca da criação e interpretação das normas, órgãos que as estatuem, posições dos sujeitos de direito, factores sociais que as condicionam, valores orientadores—susceptíveis de tipificação. Através de dois exemplos, muito divulgados, de tipologias de realidade jurídica, esboçaremos a função que, segundo julgamos, desempenham no pensamento jurídico.

Radbruch expõe-nos uma tipologia ideal de índole ética. Nas normas jazem pressupostos valorativos cujo sentido objectivo pode desenvolver-se até formar grandes concepções filosófico-jurídicas. Um juízo de valor definitivo, pretendendo legitimar um destes ordenamentos, é indemonstrável. Ou a conduta deve servir primordialmente os valores individuais, que têm por subtracto a pessoa individual (individualismo), ou os valores colectivos referenciados à personalidade humana colectiva (supraindividualismo), ou os valores de cultura que se incorporam em obras (transpersonalismo). A opção por uma das três ordens axiológicas determina a subordinação das outras duas e uma estruturação sócio — jurídica própria. A primeira doutrina serve-se, sobretudo, da ideia de «contrato», a segunda da imagem de «organismo» e a última de «construção» ou «obra em comum». A função da tipologia consiste em fornecer um sistema de todos os possíveis sistemas, em consequência da posição relativista adoptada.

Parece-nos que o relativismo de Redbruch peca por insuficiente radicalidade. A discrepância no ajuizamento e preferência dos valores resulta de uma análise pré-axiológica da forma de vida interpessoal e social e, ainda do modo de darem-se os valores ao homem. Para quem, por exemplo, defina o âmbito social pelos comportamentos automatizados impostos pela colectividade na convivência interindividual, com dificuldade poderá subordinar por completo a vida humana pessoal e interpessoal às exigências do contorno social. A primazia absoluta dos valores de obra costuma ser acompanhada da tese, que a fundamenta, de «um universo axiológico existente independentemente da essência e execução possível de actos por um espírito vivo, qualquer que seja». (M. Scheler). A possibilidade de uma ontologia crítica, preocupada tranquilamente só em ver como as coisas pròpriamente são, pode ser negada, mas só «a posteriori», nunca pela divergência de opiniões individuais.

Carl Schmitt escreveu um ensaio notável que teve por objectivo «classificar e caracterizar do ponto de vista histórico ou espiritual, teórico e prático, as várias modalidades do pensamento jurídico», colocando-se «na própria intimidade do labor científico que tem o Direito por objecto». Verificamos, no entanto, que sobre a explicitação dos diferentes tipos exerce influência essencial a respectiva teoria política seguida na sociedade. Se entendermos por «política» a actividade destinada a concretizar os fins próprios ínsitos na ordem social soberana, encararemos o Direito sob a modalidade ordinalista. Optaremos pelo normativismo se considerarmos a política como a actividade relativa à formulação em normas e respectiva execução das deliberações dos membros que, quantitativamente, se impõem. Quando a política surge sob a faceta do querer autónomo de um ou mais dirigentes exercido sobre a comunidade política, com a sequente suscitação — interna e externa — de adesões e de inimizades, que cumpre aniquilar, modelar-se-á o direito conforme o decisionismo. A problemática exposta por Schmitt abarca pois o campo mais vasto da sociedade política. Tem o mérito de pôr a descoberto quanto o Direito depende de outro tema central: o Poder político.

O autor pretende outorgar às modalidades uma validade supra-histórica, na medida em que as múltiplas concepções, que se vão desenrolando na História, hão-de inserir-se numa, ou em duas modalidades conjugadas. Nada nos assegura, porém, que formem círculo cerrrado. Já a disposição das modalidades, cada uma portadora de um ponto de uma digressão histórica, indica uma situação crítica de revisão categorial. Em estudo especial desenvolvemos a ideia de que a evolução da sociedade actual põe em jogo simultâneo as três modalidades, que se revelam incapazes de apreensão cabal da moderna estrutura político-jurídica.

Podem criar-se tipologias fundadas em distintos princípios. A partir de um ponto de vista gnoseológico, sistemas subordinados de preferência ao sujeito ou objecto jurídico; em conformidade com a orgânica social, um direito comunitário ou societário, além de outras tipificações mais complexas — v. gr. a de Tuke.

O facto primordial a registar é o ponto de partida, por força unilateral, adoptado. Um critério de selecção destaca os fenómenos, entrelaçados à luz de uma perspectiva delimitada. Falta-lhe a postura puramente objectiva, que Husserl recomenda, excluindo hipóteses, demonstrações, qualquer forma de saber preparado, de maneira a que tão só entre em questão a *qualidade* do objecto. Esta atitude científica, metodològicamente certa, choca com a disposição humana pronta a enxertar elementos estranhos ao objecto devido a hipóteses adquiridas, deten-

(cont. na pág. 7)

Cooperação Internacional de Estudantes

sua necessidade e perspectivas

Um artigo de **José Augusto Seabra**

Para além dos problemas específicos que no âmbito local e nacional os estudantes de todos os países enfrentam e vêm procurando resolver através de uma acção conjunta, embora diversificada segundo as condições económicas, sociais, políticas e culturais próprias, assiste-se desde há muito, principalmente a partir do primeiro quartel deste século, à aproximação crescente, no plano internacional, das necessidades e aspirações estudantis, dando origem à criação de organizações comuns. Esta aproximação é resultante, antes de mais, da modificação verificada, em muitos aspectos, no panorama global das relações internacionais. Os particularismos nacionais, as tradições isolacionistas, cederam lugar à comunicação entre os povos, à sua colaboração intensa, mau grado os conflitos de interesses que, no espaço de meio século, deram origem a duas guerras mundiais. A história das organizações internacionais de estudantes reflecte, como não podia deixar de ser, a evolução desse condicionalismo político, mas, a partir de dado momento, a consciencialização duma identidade de aspirações no campo pedagógico, cultural e juvenil, torna os estudantes solidários para além das divergências de regimes e ideologias que dividem os respectivos países. E tendo em conta estes dois aspectos, muitas vezes contraditórios, mas outras conciliáveis, que poderemos compreender a colaboração dos estudantes no plano internacional.

Seria desnecessário talvez apontar aqui as vantagens, ou melhor, a necessidade imperiosa da aproximação entre os estudantes de todos os países, se entre nós a resolução deste problema estivesse realizada ou em vias de realizar-se dentro da normalidade de relações com as organizações estudantis internacionais. Mas, infelizmente, os contactos dos nossos estudantes com os estudantes de outros países limitam-se quase exclusivamente ao turismo e ao intercâmbio de agrupamentos restritos de carácter cultural, profissional, etc., o que, se é já um passo importante, de maneira nenhuma corresponde às exigências de conhecimento mútuo e, principalmente, de resolução dos problemas comuns. Por isso, queremos chamar a atenção, através deste artigo, para as possibilidades e perspectivas que duma colaboração no plano internacional advêm para os estudantes portugueses. A troca de experiências pedagógicas, culturais, científicas e técnicas, a entre-ajuda no plano económico e social, a criação de um clima de entendimento pacífico entre os povos, a simples exaltação da camaradagem e amizade estudantis, bastam para demonstrar o enriquecimento que resultaria, para nós, dum contacto permanente e representativo com as organizações internacionais de estudantes. E as tentativas que neste sentido estão a ser feitas, incipientes embora, dão-nos esperanças de que, dentro em pouco, esse contacto se corporize e entre na vida das nossas associações de estudantes.

BREVE HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE ESTUDANTES

Foi sobretudo a partir do fim da 1.ª Guerra Mundial que tomou incremento a cooperação internacional estudantil, embora antes ela já existisse esporàdicamente, com carácter incipiente e irregular. Em 1919 foi criada a «Confederação Interaliada de Estudantes», que em 1921 tomou o nome de «Confederação Internacional de Estudantes» (C. I. E.), agrupando então vinte e duas nações. A sua acção verificou-se sobretudo no domínio das relações entre estudantes, viagens, desporto e imprensa. A descentralização organizativa em que se apoiava, bem como a sua restrição aos países europeus, mas sobretudo a preocupação exclusiva com os problemas de índole corporativa, limitaram o seu alcance, tendo a 2.ª Guerra Mundial vindo provocar o seu lento desaparecimento apesar de alguns esforços isolados para a sua sobrevivência. «A C. I. E., que simboliza o antigo espírito estudantil, não pode adaptar-se às circunstâncias novas surgidas da guerra. Trata-se duma radical modificação de espírito, e os estudantes que tiraram lições deste período trágico pensam que os problemas políticos, e em especial a defesa da paz, devem situar-se no primeiro plano das suas preocupações». (1)

Com o fim da guerra, e no clima de confiança que se seguiu à vitória dos povos aliados, surgiu a necessidade de reagrupar os estudantes de todos os países que, tendo ou não participado no conflito, desejavam colaborar na construção de um mundo diferente, baseado nos princípios democráticos que presidiram à unidade da luta contra o nazismo e que levaram à criação da O. N. U. Tendo ficado demonstrada a inoperância da C. I. E., que no entanto algumas uniões nacionais de estudantes procuraram ainda revivescer, houve que criar uma nova organização, informada por objectivos e estrutura correspondentes ao ambiente de cooperação internacional que a guerra e o armistício tinham incrementado entre os estudantes. Assim nasceu a «União Internacional de Estudantes» (U. I. E.), no Congresso de Praga, de Agosto de 1946, integrando 46 países de vários continentes e tendo por isso um carácter de representatividade mundial. Os princípios que a orientavam eram inspirados nos que tinham presidido à Carta das Nações Unidas, embora acrescentados pelos que diziam especificamente respeito aos problemas estudantis. A sua organização apoiava-se nas Uniões Nacionais de Estudantes, as quais eram consideradas representativas, em todos os países em que existiam, admitindo-se no entanto a representação provisória de «comissões de coordenação» e de outros organismos de estudantes, nos países onde não houvesse ainda uma organização à escala nacional. O órgão máximo da U. I. E. era o Congresso, que se reunia de 3 em 3 anos, sendo a Comissão Executiva bastante centralizada, e baseando-se num sistema de votação proporcional ao número de estudantes que cada União Nacional representava.

Nos primeiros anos do seu funcionamentos a U. I. E. teve uma acção profunda na resolução dos problemas dos estudantes, conseguindo uma unidade de orientação. No entanto, a partir de 1948 começaram a surgir divergências entre os seus membros, sobretudo por razões de ordem política derivadas da agudização da guerra fria. Essas divergências levaram a um progressivo afastamento das organizações de estudantes dos países orientais e ocidentais, embora continuassem a existir relações recíprocas entre muitos deles. Vários países se foram entretanto afastando da U. I. E., enquanto outros procuravam recuperar a unidade do movimento internacional estudantil, como por exemplo a França e a Inglaterra, mas em vão.

Simultâneamente, as Uniões Nacionais de Estudantes que se tinham desligado da U. I. E. esforçavam-se por criar uma nova organização que se lhe substituísse, em relação aos países ocidentais. Depois de vários fracassos, só em 1950 se reune a «1.ª Conferência Internacional de Estudantes», em Estocolmo, a essa se seguindo outras Conferências. No entanto, não se conseguiu criar uma verdadeira organização internacional de estudantes. «A Conferência Internacional de Estudantes não é uma realidade distinta das suas 60 Uniões; ela é sòmente um terreno de encontro e são as Uniões Nacionais que constituem a Conferência». (2)

Como se vê, não existe qualquer organismo directivo ou executivo.. A necessidade de uma comissão coordenadora fez-se entretanto sentir e em 1952 é criado o Secretariado de Coordenação (COSEC), com sede em Leiden, o qual tem por função aplicar as decisões da Conferência e facilitar o contacto das diversas Uniões Nacionais, publicando ainda um Boletim de Informação e a revista «L'Etudiant». Além deste organismo foi ainda criada a «Comission de Recherches et d'Information» (R. I. C.), encarregada de promover um estudo sobre a violação dos direitos fundamentais dos estudantes em diversos países.

A cisão entra a U. I. E. e a C. I. E. — COSEC tem-se mostrado prejudicial à colaboração internacional estudantil, motivo por que várias tentativas têm sido feitas no sentido do regresso a uma única organização, embora com uma estrutura diversa. Estas tentativas têm esbarrado com incompatibilidades em grande parte resultantes de ressentimentos ainda recentes, mas por outro lado multiplicam-se os esforços de aproximação, resultantes da nova atmosfera existente nas relações internacionais. Certas Uniões Nacionais, como a da França e a da Itália, têm tido acção importante nesse aspecto e algumas realizações conjuntas foram já efectivadas, por exemplo, no domínio dos desportos (Jogos Mundiais Universitários), bem como da saúde.

Quais são as perspectivas de um reagrupamento dos estudantes no plano internacional? Pensamos com François Borella e Michel de la Fournière que «uma organização internacional de estudantes deve antes de mais mostrar-se realista e raciocinar em função do que parece possível à luz da dupla incapacidade da C. I. E. e da U. I. E. Neste espírito, é preciso antes de mais interrogar-se sobre o conteúdo da coperação estudantil mundial, defini-lo, estudar o seu valor e limites. A história recente permite-nos, com efeito, afirmar que sobre certos problemas o acordo de todos os estudantes é realizável e a cooperação possível». (3)

Por outro lado, o aparecimento de organizações regionais (Conferência dos Estudantes Afro-Asiáticos, em Bandung, e Congresso dos Estudantes da América Latina, em Montevideu) são um facto novo que pode contribuir, simultâneamente às exigências de uma organização mundial, para uma aproximação dos estudantes no plano internacional. Esse será o caminho que, mais cedo ou mais tarde, terá de ser percorrido, num mundo em que o entendimento e a paz entre os povos seja possível e realizável.

SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES QUANTO A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL — LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES

O movimento associativo académico português, tendo já uma história significativa, apesar de todas as dificuldades que teve de vencer, tem vivido quase totalmente à margem da cooperação internacional estudantil. As razões deste afastamento são múltiplas e, se se devem por um lado à fraca estruturação no plano nacional das Associações de Estudantes, dependem, por outro, de factores alheios a estas. A não existência de uma União Nacional de Estudantes impede desde logo a representatividade plena de qualquer filiação num organismo internacional. Além disso, as limitações de ordem legal (lembremos, por exemplo, o que o Dec. 40.900 prescrevia em relação às relações dos estudantes portugueses no plano internacional) são um obstáculo à normalização dos contactos com outros países.

Esse contacto é, todavia, cada vez mais imprescindível e inevitável, o que cria problemas graves ao movimento académico

(continua na pág 13)

"ENCONTRO" 25: quatro pontos de desencontro

por VASCO PULIDO VALENTE

1 — De todos os jornais universitários, o «Encontro» é o único com uma orientação doutrinal, a da Igreja Católica Apostólica Romana e, portanto, tudo o que nele corresponde a certas exigências é perfeitamente respeitável, e respeitado. Toda a acção de propaganda das ideias cristãs é, da parte de cristãos, do mesmo modo natural e digna de louvor.

Porém, a alta opinião que certas pessoas, não aderentes, têm do Catolicismo é constantemente desiludida por esses que se fizeram um dever de o representar. Os meios inferiores são tanto mais baixos, quanto mais elevadas são as crenças que defendem, são tanto mais repulsivos, quanto mais dignificante e apto a responder, de maneira completa, às necessidades espirituais do homem é o ideal que servem.

Assim quando alguém, M. V., pretendendo combater uma certa atitude de inconsciência e de comodismo, escreve um artigo denominado «Catolicismo de Poltrona», presta um mau serviço ao próprio Catolicismo que desejou proteger. Porque não chegam bons propósitos para justificar essa inferioridade em três colunas, embebida num humor grosseiro e fácil de graça de trocadilho. E essa ironia dispendida com esforço mostra apenas uma lamentável confusão de lugares e de assuntos. Em todo o caso, nada teria dito, se não fossem habituais estas intempestivas manifestações de bom humor. Quem pudesse deveria pôr-lhes termo.

2 — Outro ponto em que se torna necessário tocar é o artigo de Zacarias de Oliveira sobre «Aquilino Ribeiro e dom frei Bartolameu». Antes de tudo diga-se: Por mais justos que sejam os argumentos invocados e as conclusões deles deduzidas, seria sempre de mau gosto e pouco inteligente a falta de respeito, a pueril impertinência de Zacarias de Oliveira. Certas coisas e certos homens respeitam-se, mesmo quando com eles não concordamos, e, se não se respeitam em conversa (todos somos, mais ou menos, irreverentes), respeitam-se em público.

Mas certas observações como «...apesar da lamentável ausência de fundo filosófico que caracteriza a obra deste escritor» levam depressa à convicção de que se trata de um ignorante e, visto isso, de um irresponsável e demovem de qualquer represália excessivamente severa. E a quase total ausência, no sentido em que Zacarias de Oliveira o entende de fundo filosófico nas obras de dezenas de figuras chaves da história literária bastariam para no-lo provar. Era-me grato, entretanto, que me fosse explicado o sentido oculto das seguintes frases: «...vícios e manhosices que se revelam secundàriamente no aspecto económico-social e principalmente no biológico-sexual» Vícios económico-sociais? Manhosices biológico-sexuais? «Atirando os seus romances...» Para o chão? «Para meios populares e ásperos». «Fiel ao quixotismo dos seus moinhos de vento». Moinhos de vento quixotescos? Fiéis moinhos de vento? «O sexo torna-se uma obsessão, uma ideia de fundo... não devendo haver, portanto, perante ele reservas de qualquer ordem». O sexo uma ideia de fundo? Quais as reservas a tomar perante o sexo? Fechemos este assunto.

3 — Passe-se agora à crónica «O pó da terra», da autoria de João Bigotte Chorão. Ela é, na verdade, o pó da terra, nem pode pretender a outras designações esta série de lugares comuns, de atrozes vulgaridades, de uma prodigiosa ingenuidade, para não lhe dar o nome apropriado. Exemplifique-se: «E a arte, essa flor desabrochada no pântano da vida?» Chorão deve ter pretensões poéticas, mas «pântano da vida» e «flor desabrochada» são, em poesia, o equivalente às reproduções da «Última Ceia», feitas com cinco cores, em pintura. A propósito de pintura estas graves afirmações: «O melhor da vida de Modigliani é a obra de Modigliani.» Estamos informados. Os retratos de Modigliani são, segundo Bigotte, «inimitáveis». Necessitava-se a sua confirmação. As mulheres desses retratos têm «expressão lânguida». Imaginem o oposto.

Outro exemplo dessa falsa poesia, que consiste no alinhamento de palavras bem sonantes, sem nada dizer e com a agravante do pobre gosto manifestado: «O galo canta. Mas não caiem lágrimas sobre as minhas negações». Apenas por curiosidade, esta frase misteriosa: «...é sacrificar a fecundidade da verticalidade ao preguiçoso brilho da horizontalidade». Como quem diz, se bem que, salvo seja... entenda-se.

E sobre o filme «Montparnasse 19» comenta: «O melhor do filme de Becker foi o passeio que, depois dele, dei pelas ruas nocturnas e molhadas e brumosas». Louvemos os seus hábitos deambulatórios e a preocupação lírica da adjectivação, que de pires têm tudo, mas se o melhor do filme de Becker foi esse passeio, permita-se-nos dizer que o melhor da sua crónica foi exactamente o que lá não estava.

4 — E, por último, note-se a seguinte frase da editorial, «e a que não é estranho o desconhecimento dessa grande virtude que é a pobreza». Não deixa de ser oportuno lembrar que a «virtude da pobreza» tem sido uma expressão adulterada e empregada em especulações de poucos escrúpulos, para a justifiacção política de determinado estado de coisas. Isto, pelo menos, não pode ser desmentido por qualquer pessoa bem intencionada.

QUADRANTE

publicação não periódica

Director — **José Lebre de Freitas**

Administrador — **Clara Simões Moita**

Editor — **Vasco Corrêa Guedes**

Redactores — **António Vilela Joaquim Mestre**

N.º 4-FEVEREIRO-1960

tipologia da realidade jurídica

(continuação da pág. 5)

ção em aspectos parcelares do mesmo. O jurista da Europa continental, habituado ao trato quase exclusivo com as leis estaduais, na tarefa de lhes captar o alcance, sentido, lacunas e deficiências, reputa impossível alcançar uma metodologia universal que não reconheça na Lei a magnitude jurídica absoluta.

Torna-se necessária uma marcha contra os erros de uma visão unilateral. A História do Direito descobre uma sucessão empírica de instituições individualizadas desde os preceitos aos princípios. Não lhe compete analisar os pressupostos últimos dos sistemas, os enquadramentos ideais a que se dirigem. Surge, por consequência, a função tipológica que projecta em molde actual «uma análise espectral dos ordenamentos jurídicos positivos» (K. Engisch). Contudo os tipos são simples «instrumentos de conhecimento e compreensão», como preconiza o próprio Max Weber. Dessa premissa, extraimos duas conclusões. Em primeiro lugar relativizamos o que Radbruch e Schmitt absolutizaram: a possibilidade de esgotarem as formas de concretização jurídica; tendo origem as tipologias numa circunstância histórica devem ser a expressão óptima de saber da época. Proporcionam finalmente ao jurista um quadro tão amplo e integral quanto possível do fenómeno jurídico e permitem que este, com a maior isenção, trabalhe na elucidação progressiva da essência do Direito.

Corre a chuva fria
Pela minha janela
E há sons de agonia
Pela estreita viela

Pela estreita viela.

Vem a passos lentos
a pobre viúva
e há tristes lamentos
no cantar da chuva

no cantar da chuva

Há choro de criança
Há voz de mendigo
Há uma vaga esperança.
dum carinho amigo!

Há uma vaga esperança.

E a noite caiu
na negra viela
E a noite subiu
pela minha janela

A noite subiu
e eu perdi-me nela

1959 - João Marques

poe sia

COMPOSTO E IMPRESSO
NA
GRÁFICA FÉNIX, LDA.
1.500 EX. — 18-2-1960

dois mundos

Pouco vejo
E o pouco que vejo
é tudo.
Miopia frontal. Enleio. Trama.
Há mulheres.
Há crianças.
Mas há pássaros, flores e estrelas.
(Bois lavrando nas estrelas)
Luas caídas em poços profundos.
Pirâmides.
Pedras, torres, monumentos.
Cidades
Tira-linhas que traçam cidades.
E um contínuo desgastar de todas as máquinas
Por toda a parte.
Entretanto
longe de mim
com os olhos desviados fixos um pouco (adiante)
os bois
sem pressa
continuarão abrindo sulcos
Lavrando mundos
pelas estradas.

Novembro, 59

Veiga Gomes

TEMPO E AMOR (2)

por jorge pegado liz

b) Execução e inconsciência

Vimos em que consiste o estado de iminência, e as possíveis fases do humano actuar, que nele se destacavam. Vejamos como, desse estado, se passa ao de situação, isto é, vejamos como o pensamento volitivo passa, da fase contemplativa, para a fase verdadeiramente activa, que é a execução do acto ou, afinal, o acto, na sua materialidade.

Na realidade, nas cinco fases apontadas, como análise estática do agir humano, não se passa, dumas para as outras, sem mais. Isto pode acontecer nas quatro primeiras, onde uma análise simplesmente estática se aproxima grandemente da realidade, apesar de descurar todas as acções e reacções de carácter afectivo, que se produzem na passagem dumas fases para as outras, e que seria interessante estudar. Mas alguma coisa de exterior ao processo actuante terá de se intrometer entre a deliberação dos fins e dos meios, e mesmo a decisão, para que se execute, efectivamente, um acto, se dele quisermos ter uma visão completa.

Como já disse, os actos encadeiam-se uns nos outros, diminuindo cada vez mais, as possibilidades que temos. Que isto consiste, não numa diminuição da liberdade, mas numa libertação progressiva, só uma prespectiva de amor o pode demonstrar. Mas desta prespectiva só um católico se pode aperceber. Para a maioria dos homens a diminuição das possibilidades equivale a uma diminuição da liberdade. Sendo assim, como se compreende que actuem?

Aqui se vê já a necessidade primária da inconsciência para a prática dos actos. De outro modo, a nossa própria consciência ao examinar cada acto que iríamos praticar, e ao imaginar as suas consequências (por que o acto é aquilo, os efeitos, que desencadeia) acabava sempre por achar motivos racionalmente justos para nos impedir de os fazer. Conscientemente, não praticaríamos nenhum acto, nunca chegaríamos à sua redução material, pelo temor dos efeitos e consequências que dele poderiam resultar (1). E a nossa vida seria, não acção, mas abstenção, não presença actuante, mas ausência, não pessoa, mas coisa, alienação.

Ora, sendo certo que a nossa existência e o seu fundamento se encontram, ùnicamente, na nossa afirmação enquanto seres que agimos, que nos arriscamos e nos comprometemos, e se isto exige um grau de elevada ou total inconsciência, nós, seres perfeitamente conscientes, ou, melhor, seres horrìvelmente conscientes de nós próprios, não temos outra solução, senão, para agirmos, criar dentro de nós, e à nossa volta, zonas de inconsciência. Só aí, dentro delas, a coberto por elas, podemos agir; só inconscientes, conscientemente, e tendo a consciência disso, nos podemos afirmar e existir.

Aliás, a compreensão da necessidade de admitir a inconsciência, como um estado intermédio entre a iminência e a execução do acto, ou acto pròpriamente dito, pode-se procurar em outra ordem de considerações. Ao referirmos os actos humanos e a sua interrelação, como se fossem elos de uma cadeia, condicionando-se em certa medida uns aos outros (e isto não acontece só individual, mas também colectivamente), admitimos que essa cadeia, como tudo o que existe, tem um princípio e um fim. O fim vimos qual era — a morte. O princípio vimos também que, sob pena de se cair num círculo vicioso, havia de ser um acto, diferente dos outros, precisamente por que não condicionado por nenhum anterior. Este primeiro acto, que dá origem e explicação a todos os outros, seja ele o nascimento, seja a atribuição dos talentos, de que fala a parábola, é perfeitamente inconsciente; dele não temos conhecimento vivencial; só sabemos que existiu, que tem de ter existido. É a este acto, puramente gratuito, que se vão ligar todos os outros. Ora, a inconsciência que aqui entrou, só quantitativamente é diferente, seja-nos lícito assim dizer, da inconsciência que preside a todos os outros actos.

Finalmente, o próprio princípio da identidade impede que sejamos, simultâneamente, aqueles que praticam actos, e aqueles que têm consciência de que os praticam, porque se não pode ser e não ser ao mesmo tempo.

Importa, agora, determinar o que seja esta inconsciência. Em primeiro lugar, o que ela não é. Pode-se ter perfeita consciência de todos os momentos que precedem a realização efectiva do acto. Pode-se, posteriormente a ele, ter-se a consciência nítida de se ter praticado o acto. A inconsciência, põe-se, ùnicamente, no preciso momento em que o acto é praticado, em que se move o braço, se dizem palavras, ou se desenvolve outra qualquer conduta.

Por outro lado, inconsciência não quer dizer inconsequência. Os actos podem não ter nada de absurdo, na sua concatenação uns com os outros (outro problema é o de saber se o próprio agir não será, em si mesmo, absurdo, como parece, em virtude das consequências dos actos de que não nos damos conta antes de os praticarmos). Podem ser rigorosamente lógicos, entrarem dentro dum plano de vida, ùnicamente dominado pela razão (2).

Inconsciência também não quer dizer que os actos sejam desprovidos de significação. Dissemos já que esta era uma das características que dão, aos actos humanos, a sua dimensão pessoal. Isto não impede, porém, que, na sua execução, tenham de ser inconscientes.

Finalmente, o que a inconsciência é, aquilo em que ela consiste, não me parece possível defini-lo em termos de lógica aristotélica. Um exemplo, em que essa inconsciência é levada ao extremo, permite, talvez, apreender o seu sentido. Num filme que correu recentemente no cinema S. Jorge, «Safira», a assassina diz, ao confessar o crime: «Ela sentou-se em cima do balcão, balouçando as p e r n a s. Ao lado estava uma faca. Depois havia sangue». Não se refere ao acto de matar, com seis punhaladas, porque esse foi inconsciente. É isto a inconsciência. Antes, *há* alguma coisa. Depois *há* outra coisa. Entre uma situação e outra insere-se o acto ligando-as. Entre o acto e a pessia não *há* nada. O esquecimento.

c) Imputação do acto à pessoa

O homem define a sua essência, e cria-a, na medida em que pratica actos, disse. O agir precede o ser, como forma sacramental duma existência que só através dele se apreende. Mas, para que o ser seja o produto dos actos, para que estes criem a nossa essência, é preciso que haja um laço, que prenda ou reconduza o acto a quem o praticou. Ou, melhor, não tanto o acto, como os seus efeitos, aquilo que produziu e as consequências que daí advieram. Ora bem: tal laço, ontològicamente, não existe.

Na realidade, praticado um acto, ele desliga-se completamente do agente. Uma acção pretence-nos até ao momento da execução. Feita esta, porém, o acto deixa de nos pertencer, é um ser com vida própria, com existência autónoma, que seguirá o seu destino independentemente de nós, arrastando consequências que não previmos, produzindo efeitos que não quisemos. Nada mais nos prende a ele, a não ser uma vaga recordação de o ter praticado. Mas até essa esquece, até essa se apaga com o tempo. E depois, nada mais resta. Entre ele e nós está todo um vazio impossível de percorrer, a não ser comprometendo-nos totalmente.

Como a mãe que possui o filho até ao momento do parto, assim também os nossos actos nos pertencem até à altura de os praticarmos. Até esse momento tudo se pode modificar. O acto que se deseja praticar pode deixar de se fazer, ou pode ser feito de outra maneira. Mas no momento em que a acção se exterioriza, como no momento em que se corta o cordão umbilical, já não há nada a fazer (3). O acto foi praticado e, socialmente apreendido, passou a ter vida própria, independente da vontade de quem o praticou (4).

Mas se o laço, ontològicamente, não existe, ele pode ser, voluntàriamente ou não, criado. Normalmente é a sociedade que o cria. Na realidade esta não se podia conformar com este dado ontológico e psicológico, que acarretaria, no plano moral, a total irresponsabilidade, salvo nos casos, necessàriamente raros, em que os indivíduos, «sponte sua», por outros actos, assumissem os seus actos anteriores. Assim, praticado um acto, que produz, ou pode produzir, determinados efeitos, (no caso da pedra, saltar e bater num automóvel) donde resultariam certas consequências (danos materiais de qualquer espécie, no exemplo dado) a sociedade, pela necessidade de responsabilizar alguém por essas consequências, imputa o acto àquele que o praticou ou que se julga ser seu autor (porque foi visto pelos outros, ou por outra razão qualquer, um dos meios de prova), criando, assim, uma vinculação ontològicamente inexistente (5). E se a justiça periga pelas imputações erradamente feitas (o que são os erros judiciários?), a segurança é realizada e o statu quo pode ser mantido.

Mas, como dissemos, esta ligação pode-se operar voluntàriamente, quando o próprio agente, ou outra pessoa em vez dele (o pai do miúdo, no caso que serviu de exemplo, e aqui se pode apreciar a falta de ligação *real* entre o acto e o agente), resolvem arrostar sobre si as consequências que do acto advenham, ou advieram, e intitular-se seus autores. Ainda aqui a sociedade tem um papel importante, pela pressão que exerce sobre os indivíduos, fazendo com que assumam os seus actos, sob pena de estes lhes serem imputados com agravantes, e assim os tomem sobre si e os levem, indelèvelmente marcados na sua vida, para onde quer que se dirijam (6).

É nesta medida que se pode dizer que o agir cria o ser, que o homem, pelos seus actos, se faz a si próprio e cria a sua essência. Ora esta assunção dos actos e consequente aceitação das suas consequências, que está nos antípodas da liberdade, cria a condição humana, de que nos ocuparemos adiante.

B) ACTO DE VALOR

Vistas quais as relações em que os actos estão com as pessoas que os praticam, vejamos, agora, a relação entre o acto e o valor. Como surge o valor, e como são os actos valorados?

(*continuação na pág. 10*)

a) Formação social do valor

Os actos humanos dirigem-se a fins. Não se faz isto ou aquilo, ou isto *em vez* de aquilo, pelo simples facto de fazer alguma coisa. A nossa actividade não é gratuita. Ora, precisamente na medida em que ela se dirige a fins, é passível de valoração. O valor surge na apreciação da adequação do acto ao fim que se propunha, segundo uma pauta de fins, ideal e anterior ao próprio agir.

Mas estes fins como se determinam? Não são eles os motivos psicológicos ou fins ideais que determinam a pessoa a agir. O que tem relevância, para efeitos de valoração, são os resultados que os actos efectivamente alcançam, e que se supõem ter sido queridos por aquele que praticou o acto que o produziu. Isto dá já a dimensão social do valor.

Perante determinado acto, a sociedade (7), segundo critérios axiológicos os mais diversos, éticos, jurídicos, estéticos, etc., faz o seu juízo, atendendo às consequências que do acto resultaram, e que se supõe terem sido queridas, funcionando, a s s i m, como causa determinante da prática do acto.

Este juízo de valor é inseparável do juízo de realidade em que assenta. Ou, melhor, todo o juízo de realidade, do tipo A é B, é um juízo de valor, exprime uma probabilidade (do tipo A deve ser B), ou, se o não é, implica-o, tão directamente que é como se o fosse.

Em todos os nossos actos, nós não visamos tanto o que a coisa é em si, mas o que ela deve ser. Todo o nosso conhecimento ou apreensão do não-eu, é feita, sem objectividade nenhuma, através de juízos de valor. Para a corrente filosófica de cariz objectivista, os valores estão imanentes nas coisas, fazem parte delas, em consequência já da sua própria finalidade, já da utilidade moral, estética, religiosa ou prática que essa mesma coisa se destina a produzir, e que traz consigo, pelo simples facto de ser. «Omne ens est bonum». A nós, porém, depois duma análise mais profunda desta realidade, parece-nos que o real é, por sua própria natureza, amorfo. Nada significa, nem nada vale. Somos nós que lhe emprestamos significação e valor, segundo os nossos quadros mentais (8). Os valores não estão nos objectos, donde seriam «tirados» pelo sujeito cognoscente, já racionalmente, já através de intuições. As coisas são susceptíveis de qualquer valoração. Não há coisas que só possam ser classificadas de boas ou más, outras de feias ou bonitas, outras de úteis ou inúteis. Estas diferentes classificações ou valorações podem aplicar-se a todas as coisas, uma obra de arte podendo ser simultâneamente má ou inútil, um acto podendo ser mau, e belo ou útil, e, finalmente, uma realização de carácter económico ser inútil, mas boa e bela.

As coisas, em si, porém, nada têm, nelas, além desse facto, sumamente absurdo, que é a sua existência. É o sujeito, ou melhor, são os sujeitos, as pessoas, enfim, a sociedade, que, ao conhecerem os factos, lhes conferem, pela utilização que deles fazem, ou pela interpretação a que alcançam, e se reputa ter sido querida pelos que os praticaram, os submetem, a valoração; são eles que lhes emprestam, à luz das suas concepções pessoais, do somatório das quais resulta uma concepção única, a dominante em determinada sociedade ou grupo social, que lhes emprestam os valores, com que, existencialmente, esses factos se nos apresentam, como se neles, afinal, estivessem imanentes. Isto não passa, porém, duma mera aparência, que encobre uma realidade mais profunda, que a seguir procurarei determinar.

b) Imputação do valor ao acto

Pratica-se um acto. Sendo certo que todo o valor tem origem numa vida em sociedade, como procede a sociedade para o valorar, qual o processo que para isso emprega?

Para se compreender isto, é necessário recordar o que atrás dissemos sobre a significação dos nossos actos. Os actos humanos, e isso os distingue dos dos animais, não são certos ou errados. Significam, em relação aos fins que visam. Têm um sentido, atena a sua subordinação a ordens de valores, não naturais ou imperiosas, como o instinto animal. Sempre que agimos, fazemo-lo de determinada maneira e não de outra. Fazemos sempre alguma coisa em vez de outra, rigorosamente possível, se bem que duma possibilidade que só conhecemos à posteriori.

Assim, suponhamos que, numa sala, muitos homens reunidos pronunciam discursos. Uns levantam-se, ao passo que outros se deixam ficar sentados: é este o acontecimento exterior. Qual o seu sentido? Foi votada uma lei. «Suponhamos, agora, que, noutro local, um homem, com uma beca, preta, diz determinadas palavras sentado numa cadeira alta, em frente de um auditório. Este facto significa: uma sentença judicial.

Por estes exemplos se vê como, em todas as acções humanas existenciais, há, por um lado, como diz KELSEN, a quem fui buscar os exemplos, «um acto verificado em determinado momento e em certo lugar», mas há, também, por outro lado, «um sentido aderente a este acto, uma significação específica». Esta significação ou este sentido, não estão imanentes no acto. *Aderem* a ele, pelo facto de uma imputação social que, a determinados gestos, palavras ou actos, atribui um particular significado.

Ora a valoração dos actos anda intimamente ligada com esta sua significação. É, ela própria, esta significação, só que vista por outro prisma, o dos seus efeitos. Perante um acto praticado, quando se diz que ele é bom, ou, perante uma coisa, quando se diz que ela é bela, não se afirma algo que a coisa ou o acto possuam, que seja parte do seu ser, uma sua qualidade ou propriedade. Um acto diz-se bom, quando as suas consequências correspondem àquilo que socialmente se reputa bom, uma coisa diz-se bela, quando se enquadra nos cânones que a sociedade determina como sendo o belo; qualquer facto é objecto de qualquer espécie de valoração, através duma imputação social do reputado valente, em determinada sociedade e em certo momento. Por isso, saindo desse quadro social, ou mudando os tempos, o que hoje é bom ou belo, pode amanhã deixar de o ser; o que é justo àquém dos Pirinéus, pode, para além deles, ser injusto. E os valores adquirem uma maior ou menor consistência, uma maior ou menor materialidade ou objectividade, na medida em que maior ou menor número de pessoas a eles adere.

Mas se os actos, por que praticados inconscientemente, são desligados do seu autor, como se compreende que ele seja valorado em relação aos actos que pratica?

Na realidade, como vimos, no plano ôntico, que é o plano dos seres e das condutas (e não no plano ontológico, onde, por tudo ser, tudo é um), o acto tem um ser diferente do do seu autor. Não é só, nem é mesmo existencialmente, que eles se encontram desligados. É o seu próprio modus essendi que é totalmente diferente, como nos revela a intuição sensível ou sensorial que dele temos, e que, note-se, se não confunde com a intuição axiológica, de natureza emocional, que Max Scheler, com tanto êxito, destacou nos nossos dias, por que, essa, pertence ao plano ontológico, não ao ôntico.

Recordando, porém, que o acto se liga ao seu autor por um vínculo exterior a ele, qual seja a imputação social, fácil será compreender que o mesmo processo imputativo irá atribuir ao autor a qualidade imputada ao acto, pelas suas consequências. Na realidade, como o acto, ou o fim que ele alcançou, se diz ter sido querido pelo que se reputa ser seu autor (e, em geral, é *realmente* o seu autor, e *quis* fazer o acto, e produzir as consequências), este é, por imputação, qualificado com o mesmo valor, que foi atribuído ao fim que o acto prosseguiu, e que já tinha, por sua vez, qualificado este. Assim, alguém, porque praticou um acto cujas consequências são consideradas boas, é reputado bom porque o acto foi bom; uma obra estèticamente bela atribui, ao seu autor, a designação de artista; por outro lado, se o acto é reputado mau, nasce a culpa, consciencializada ou não pelo agente, e, consequentemente a sua responsabilização, subjectiva ou objectiva, pelas diversas consequências produzidas.

Assim, do mesmo modo que se não pode, como pretende Cossio, no seu salto «egológico» ou «salto até ao plano da personalidade», ligar incindivelmente, «na mera consideração ôntica da conduta», os actos ao seu autor, também não se pode dizer que «só relativamente ao agente se pode valorar e agir». Pelo contrário, atentos ao que atrás dissemos, os actos valem independentemente de quem os pratica. Seus autores *são* o que forem os seus actos (plano ontológico) e *valem* o mesmo que eles valerem (plano axiológico).

Esta ordem de considerações permite compreender (mais do que explicar) porque razão, sendo todos os nossos actos inconscientes, em todo o caso eles marcam profundamente o homem, e o *fazem*, na medida em que, por seu intermédio, ele deixa de ser um indivíduo, um exemplar duma espécie, para passar a ser uma pessoa. Mesmo o nosso primeiro acto, hipotético, mas necessário para a compreensão do nosso actuar situacionado, mesmo esse, pode ser valorado. Se o não pudesse ser, e se, portanto, também não pudesse ser imputado ao seu autor, acrescido de valorização, e se dele derivam todos os outros actos, estes, do mesmo modo, ficariam impossibilitados de serem apreciados e atribuídos aos seus autores. Seria a irresponsabilização total. Mas isto não se passa assim, porque, tendo todos os actos, ao ser praticados, e, precisamente para o serem, de ser inconscientes, o primeiro acto não é nem mais nem menos inconsciente do que os outros. Portanto, se os outros são valorados e imputados aos seus autores, estes também o pode ser, apesar do grau de inconsciência que o afecta ser maior do que a maioria dos outros. Mas, como esse acto, e com o mesmo grau de inconsciência, muitos o u t r o s actos nós praticamos todos os dias, e praticámos abundantemente durante a nossa infância, os quais não nos marcam e determinam menos do que os outros, apesar de, deles, nem sequer sabermos que os fizemos, que somos seus autores.

c) CARACTER INDIVIDUAL DA ANGÚSTIA

Todas as considerações feitas até aqui tiveram, como único objectivo, preparar-nos para uma melhor compreensão do fenómeno da angústia, melhor, para a compreensão da sua origem.

Como atrás disse, essa origem é de procurar na irreversibilidade do tempo. Mas esta característica do tempo é algo de abstrato, de conceitual, e, como tal, há entre ela e nós um profundo hiato, que a torna incapaz de nos provocar qualquer sentimento. Esta irreversibilidade, que uma intuição consegue captar, num movimento de síntese e de redução eidética, é existencialmente experimentada, através dum certo número de factos que a revelam e constituem a causa próxima da nossa angústia.

Recordando: vimos que nós somos seres horrivelmente cons-

JORGE PEGADO LIZ | **T E M P O**

cientes de nós próprios; vimos que, à medida que agimos, as nossas possibilidades vão diminuindo, pelo facto desse próprio agir; vimos que os actos que praticamos em nada se nos ligam, antes são nossos porque a sociedade no-los imputa, ou porque nós os resolvemos aceitar como tais; vimos que as consequências e efeitos que esses actos produzem nos são também imputados por esse processo e, pelo mesmo processo, são valorados os actos, e nós próprios através deles; vimos que cada acto não é indiferente para aquele que o faz, e que, apesar de não nos pertencerem, apesar disso os nossos actos nos fazem, apesar de tudo formam a nossa essência, e, marcando-nos, assim, definitiva e irrevogàvelmente, condicionando, em certa medida, todos os actos futuros, são eles, afinal, os instrumentos determinantes de toda uma conduta e uma vida.

Estes são os factos em que a irreversibilidade do tempo se sa-

factores os mais diversos, o acto que não tinha importância passa a tê-la, logo ela surge, nesse mesmo lugar onde antes não havia hesitações (10). Porque esse acto se personalizou e a pessoa passa a sentir-se, toda, implicada nele.

Fora estes casos, a angústia revela-se, em toda a sua plenitude, face a certos actos, considerados decisivos para a vida humana, quais sejam a vocação profissional, de que depende toda a vida futura, o casamento, de que essa vida, sob outro prisma, igualmente depende, . a guerra, onde essa vida é jogada (11), finalmente, a morte, onde essa vida necessàriamente vai desaparecer (12).

Simplesmente, parece-me ser reduzir muito o âmbito da angústia, considerá-la só em relação a estes factos de marcada importância, ou mesmo só ao último. Ela está presente em todos os nossos actos, com inten-

Ora todos estes aspectos, que uma fenomenologia da angústia podem revelar, são todos nitidamente individuais. Apresentam-se à pessoa, a cada pessoa, na sua singularidade, antes de empreender qualquer feito.

Outra configuração tem o desespero, toda feita de social e de exterioridade, que passo a analisar.

---

(1) Escrevi, algures, numa peça inacabada: «...como queres que se faça alguma coisa, tendo a consciência do que se vai fazer, tendo a perfeita consciência do que se faz, pensando conscientemente os prós e os contras, avaliando todas as consequências? Pensas acaso que, se tivéssemos consciência de que estávamos falando, falávamos? julgas que, se soubéssemos que estávamos aqui, ainda aqui estaríamos»?

(1) Note-se que o facto de poder ser assim, não quer dizer que normalmente o seja. O homem é mais fàcilmente levado a agir por motivos de ordem arracional (sentimentos,

sequências? E, por vezes, os actos dos outros? Que a sociedade assim procedesse, já vimos que se compreendia bem, mas os próprios indivíduos, porque procedem do mesmo modo?

A razão deve procurar-se no medo de se sentirem nús e olhados. Durante muito tempo sonhei, noites consecutivas, que saía para a rua, e, de repente, depois de ter andado já muito tempo, e de ter sido visto, descobria, ou que estava sem camisa, ou sem calças. Nessa altura acordava. O mesmo sucede quando se rompe uma peça qualquer do vestuário, e se vai desabotoado, e, de repente, se dá conta disso.

É o que acontece aqui. Sem os nossos actos estamos despidos perante os outros. Nada nos forma, nem nada somos. Por isso pertencemos-lhes inteiramente. Eles penetram-nos, como querem, vêem-nos todos por dentro. Os nossos actos, ou a sua assunção, são a capa, com que nos revestimos, para nos mostrarmos aos outros e nos fecharmos sobre nós próprios. O egoismo tem aqui a sua origem, no

E AMOR | continuação da pág. sete

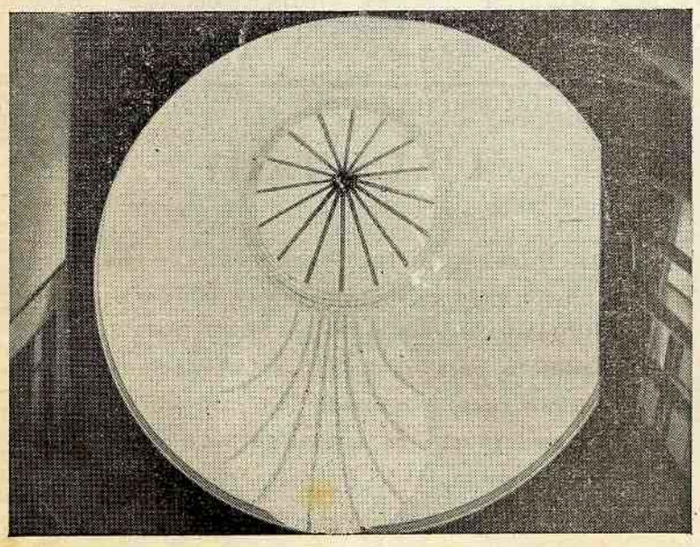
cramenta. E perante este absurdo, em que se chocam o homem, que não é do tempo, e a sua existência, que tem de decorrer no tempo, absurdo que resume, afinal, toda a nossa vida, e que nada legitima, nada explica, nem nada fundamenta, que nos achamos sempre que estamos na iminência de praticar um acto! Saber isto, é sentir-se angustiado.

A angústia aparece, assim, como o sentimento ou atitude emocional, o estado de alma, como diriam os românticos, que precede imediatamente o agir, precisamente porque os actos são irrevogáveis e responsabilizantes.

E a angústia precede *todos* os actos. Simplesmente, porém, já porque certos actos se tornaram hábitos (9), já pela sua diminuta relevância, dentro dum plano geral da vida, já, enfim, pela previsão quase absoluta das suas consequências, a angústia parece ausente de grande parte dos actos da nossa vida. Mas ela lá está, só que nós não temos consciência dela. E quando o hábito esmorece, desaparecendo a mecanização, ou quando, mercê de

sidades diversas é certo, e mais acentuadamente naqueles actos em que a pessoa humana se joga toda, como a morte, mas, não obstante, presente em todos os actos, quanto mais não seja porque todos os actos são uma morte parcial.

Do que dissemos, se vê como a angústia é um sentimento de carácter nitidamente individual. Diz respeito à pessoa enquanto singular. Passa-se no interior de cada homem, em cada momento que precede o seu agir, antes de o véu de inconsciência vir toldar o espírito, fazendo-o passar da fase contemplativa para a activa. A angústia é o sentimento que acompanha todo o processo intelectual da feitura do acto, e que dividimos, por comodidade, em quatro fases. A medida que, intelectualmente, o espírito se vai aproximando duma decisão, a angústia vai-se afirmando cada vez mais, na incerteza, na hesitação, na dúvida, inclusivamente no medo. E se o tal véu de inconsciência não se introduzir entre o eu e o acto, revela-se na indecisão.



meio, etc.), do que pelo raciocínio puro. Recordar, nomeadamente, as recentes críticas feitas à concepção dum «homo oeconomicus», transposição, para o campo restrito da economia, do homem-razão.

(1) Isto só como exemplo deve ser tomado. Não defendo, de modo nenhum, o direito de a mãe, por qualquer meio, preventivo ou repressivo, impedir o nascimento do filho; limito-me a dizer que há poder físico, e não jurídico ou moral, de isso ser assim.

(2) Ilustrativo do que foi uma cena a que assisti na meses. Numa paragem de autocarros está um senhor com um filho e uma filha mais nova. O miúdo brinca, e, de repente, agarra numa pedra e atira-a para o meio da rua. O pai repreende-o vivamente, apontando-lhe a pedra branca que está ali, diante deles, recortada no alcatrão azul escuro. Depois hesita, finalmente decide-se. Corre até à pedra. Os carros, velozmente, aproximam-se, nem sequer indiferentes porque não sabem. Ele consegue agarrá-la. Num pulo salta para a placa, livrando-se dos automóveis que passaram, sem dar por nada.

Temos aqui um exemplo bem característico da falta de enlace entre o agente e o acto praticado. Enquanto o miúdo tinha a pedra na mão e a balançava, ela ainda lhe pertencia e ele ainda se possuia. No preciso momento em que, inconscientemente, abriu a mão, a largou, e ela se despegou da sua pele, tudo tinha acabado. (Nós não o faríamos, precisamente porque tínhamos consciência). Agora a pedra seguiria o seu curso, e o rapazinho outro. Independentes. Entre eles não havia ligação nenhuma. E a pedra, ali, à sua frente, era-lhe tão indiferente como eu ou como o banco verde. Era mais uma coisa a estar ali, sem nenhuma relação com ele, que a tinha lançado. Deixara de se possuir, e a pedra já não lhe pertencia mais, como não lhe pertencia o tê-la atirado.

(1) O mecanismo da imputação social dos actos às pessoas é do seguinte teor: Se determinada pessoa quiz X, como se depreende do seu acto, que se provou ter fisicamente praticado, e alcançou X, tudo indica que ela o quis alcançar, e que, consequentemente, deve ser responsabilizada pelas consequências Y e pelos efeitos Z, que o conseguimento de X arrastou consigo.

cial, a procurar tomar sobre si os

(2) E o que levará os homens, independentemente desta pressão sobre os seus actos, com todas as suas con-

querermos os nossos actos só para nós, e lhes imprirmos a nossa assinatura. E também o orgulho é aqui que vai buscar o seu fundamento, ao lado da consciência de culpa. E, por aí adiante, todos os outros sentimentos humanos. Não admira, portanto, que aqui esteja, também, a primeira base para a compreensão da condição humana.

(1) Por sociedade entende-se aquele grupo humano, conjunto de pessoas, perante as quais o acto ou facto se apresenta como congnoscível. Assim, serão igualmente sociedades a família, que tem de apreciar um determinado acto dum dos seus membros, como o país que julga um determinado feito de relevância nacional, como, finalmente, o conjunto de todos os homens que apreciam a ida à Lua.

(2) Que isto é assim, compreende-se bem se atentarmos num facto que todos os dias acontece, o de uma determinada coisa ter muito valor para uma pessoa, ou para várias, enquanto deixa outra completamente indiferente.

(1) Uma criança sente-se profundamente angustiada, ao começar a andar, enquanto nós já não damos por isso: quando começamos a andar de bicicleta, sentimo-nos angustiados, porque nos habituamos e mecanizamos certos gestos, o que significa uma despersonalização desses actos, uma sua coisificação.

(2) Consideremos o caso de um adulto que durante muito tempo é obrigado a estar de cama: quando se levanta custa-lhe a andar, já não sabe andar. Do mesmo modo, alguém que, tendo sido rico, empobrece; despesas que antes fazia inconsideràvelmente, já as não faz agora.

(3) Ver estes exemplos em Sartre, «L'existencialisme est un humanisme».

(4) Compreende-se, assim, bem, porque, para Heidegger, a origem da angústia é o ser para a morte. Porque esse é o acto final, o último de toda a nossa vida. Porque se morre em vida, sem ter possibilidades de opção. E porque todos os nossos actos, de todos os dias, representam, na medida em que o tempo não volta atrás, uma antecipação do momento da morte, um caminhar para a morte. Daí que existir, que é fazer actos, agir, seja ser-para-a-morte.

(*) Michel de la Fournière e François Borella: «Le syndicalisme étudiant».

(2) Jim Edwards: «L'Etudiant», vol. I, n.º 5.

(4) «Le syndicalisme étudiant».

o problema associativo

NA FACULDADE DA MEDICINA

Em 14 de Março de 1953, um telefonema emanado do Ministério da Educação Nacional impunha o encerramento da Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa, que até então exercera uma actividade que, desde a sua fundação em 1911, a impunha como um dos primeiros organismos estudantis de Lisboa. Sem nos alongarmos no detalhamento das circunstâncias que estiveram na raiz deste facto, diremos apenas que, nas várias diligências efectuadas na altura pelos corpos gerentes da Associação no sentido do esclarecimento de tão grave decisão, não se encontrou da parte das esferas oficiais uma justificação cabal para uma medida desta natureza. Da parte da Direcção da Faculdade chegou-se a alegar um desconhecimento completo sobre o assunto, como se uma associação de estudantes a mais ou a menos não tivesse grande importância na vida da Universidade de Lisboa.

Entretanto, dava-se a mudança da Faculdade para o Hospital de Santa Maria, e nas exíguas instalações reservadas a actividades académicas (duas salas) instalava-se a Delegação do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa.

Numa das diligências empreendidas junto do então Reitor da Universidade Clássica, com o fim da reabertura da Associação, aquele afirmou que o Senhor Ministro da Educação Nacional não via motivo para levantar o problema da Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa, em virtude da Delegação do Centro Universitário de Lisboa estar a ter boa aceitação entre os estudantes...

Na verdade, o período de 1953-56 correspondeu a um obscurecimento das actividades circum-escolares na Faculdade de Medicina, com a consequente falta de convívio entre os estudantes e a não satisfação das suas necessidades e aspirações em vários campos. Não se empreenderam, pràticamennte, iniciativas de índole cultural, os problemas pedagógicos não foram abordados pelos alunos, a venda de folhas passou a constituir um negócio de particulares, etc.

Em 1956, coincidindo com a publicação do Dec. 40.900, registou-se um recrudescimento do interesse pelos assuntos associativos, e criou-se a Comissão Pro-Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa, eleita por todos os cursos.

Ao longo dos três últimos anos, e mau grado o desfavorável condicionalismo (sem cotizações, sem fundos, sem instalações), tem a Comissão Pró-Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa realizado uma meritória acção, orientada segundo dois objectivos:

1.º — Reabertura da A.E.M.L., através de contactos com os organismos competentes.

2.º — Criação das condições internas propícias a essa reabertura, mediante a promoção de realizações que reforcem as relações entre os estudantes e lhes dêm uma ideia da utilidade duma Associação.

Dentro deste âmbito inscreveram-se realizações várias: as Semanas de Recepção aos Novos Alunos, Concertos, Exposições, Conferências, estruturação duma Secção de Folhas, etc.

Mercê desta actividade, e dum outro facto, a recente inauguração de instalações para os alunos, encontram-se actualmente preenchidas as condições para a normalização da vida académica na Faculdade de Medicina, pela reabertura da A.E.M.L.

A realização, em Dezembro de 1959, duma Sessão Plenária dos Alunos de Medicina para discussão de teses subordinadas ao tema «Para uma Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa», de que resultou uma nova estruturação da C.P.A.E.M.L., que passou a ter características mais próximas das associativas (eleição em reunião geral dos alunos, estruturação das secções, etc.), e a 1.ª Reunião Geral dos Alunos realizada desde há 7 anos na Faculdade de Medicina, em que foi eleita a Comissão para o ano de 1959-60 — são passos importantes em prol da reabertura da A.E.M.L.

Na referida Sessão Plenária foram aprovadas três moções dirigidas ao Conselho Escolar da Faculdade de Medicina de Lisboa, em que eram pedidas a sua colaboração na reabertura da A.E.M.L. (1.ª moção), e a representação dos estudantes no Conselho Escolar e no Senado Universitário (2.ª e 3.ª moções).

O obstáculo encontrado pela Comissão Pró-A.E.M.L. na realização do seu fim último é o mesmo, desde há 3 anos: a existência do Dec. 40.900, aplicável para todas as novas Associações.

Mau grado todas as diligências efectuadas junto do Ministério da Educação e Reitoria da Universidade Clássica, continua a insistir-se na aplicação, para as Associações de Medicina e Letras, dum decreto que mereceu o desacordo massiço dos estudantes de Lisboa e Coimbra (incluindo os alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa, que se associaram ao movimento de repúdio desencadeado na Universidade contra o referido diploma), dum decreto que foi desaprovado na especialidade pela Assembleia Nacional e baixou à Câmara Corporativa, que foi profundamente modificado pelo Parecer desta, que se encontra actualmente ultrapassado pelo próprio Ministério em vários aspectos (criação do C.D.U.L.).

Tal é o condicionalismo presente da vida circum-escolar na Faculdade de Medicina de Lisboa, que vem dificultando a integração dos estudantes de Medicina na sua Escola, e a sua colaboração na vida da Universidade de Lisboa.

Luís Bernardino

a curta metragem

por Duarte Marques

Há na apreciação comum a noção pouco esclarecida de que a curta metragem é uma cinematografia subsidiária e bastarda, espécie de excrecência do cinema-grande-indústria e que justifica a sua existência pela necessidade que têm as casas de espectáculos de completarem as suas programações. A palavra «complementos» com que se designam na generalidade os filmes curtos que se exibem antes do filme maior, traduz já uma certa depreciação em relação aos filmes de menos de hora e meia de projecção. Se observarmos não o que se passa nas casas de espectáculos, onde a não importância dada às curtas metragens obedece a fins lucrativos — não se procuram projectar obras de qualidade porque o público vai lá para ver a fita de fundo — mas o que acontece nos cine-clubes; verificamos que mesmo aqui a massa associativa aceita menos, é mais refractária, não recebe tão bem as sessões de formato reduzido como as de formato normal. Creio que este menor interesse vem já dum hábito antigo: o público está familiarizado com obras cinematográficas que têm um enredo, têm uma história contável, uma anedota que as resume (muito parcialmente, é certo) e não aceita fàcilmente que a câmara lhe revele um mundo, prefere que lhe conte uma fábula. Em «Toute da mémoire du monde», os travellings através duma grande biblioteca revelam-nos um ambiente e ao mesmo tempo transmitem-nos uma concepção humanista do Mundo, não nos contam uma história. O nosso público, mesmo o jovem público cine-clubista, tem uma educação cinematográfica unidireccional. Nas nossas escolas não se vê cinema, não se utiliza, ao menos, o cinema didàcticamente e as casas de espectáculos só levam cinema dum tipo. Forma-se assim uma mentalidade refractária ao filme sobre arte, ao filme didáctico, ao válido filme de animação, ao documentário.

Este último — o documentário — é um género de cinema que deveria ser encarado com o maior interesse e atenção por todos os universitários. Cinema extremamente sensível e influenciável tanto pelo temperamento e concepções dos seus autores, como pela realidade em que ele busca origem, esta cinematografia é uma espécie de bússola reveladora, por um lado dum meio, dum país numa determinada fase de evolução social, cultural e económica e por outro duma mentalidade, duma sensibilidade, duma concepção do mundo e do homem, duma maneira de ver, de interpretar e revelar esse meio, essa realidade.

Perante um documentário, temos a possibilidade de assistir a uma obra de testemunho condicionada històricamente, a um documento, ao mesmo tempo que podemos, muitas vezes, ver uma obra de arte.

Pensemos, por exemplo, no documentarismo inglês dos anos 30 de Griwson, B. Wright, H. Watt, Rotha, S. Legg, Elton, no documentarismo francês de Franju, Fabiani, Resnais, Rouquier, em Flaherty, em Lorenz, e em todos podemos ver esse interesse documental, essa investigação do real, do homem e da natureza, ao mesmo tempo que sentimos a afirmação dum temperamento individual, duma maneira de criar, lírica em Flaherty, terna e por vezes amarga em Franju, ética em Fabiani e Harry Watt, etc.

Porque o documentarismo é um modo de expressão cinematográfico pertinente e moderno, porque tanto como uma literatura e um teatro pode contribuir vàlidamente para uma tomada de consciência perante o Mundo e para uma posição de lucidez activante, acho que não deve ser ignorado pelo universitário, que deve mesmo receber da sua parte a maior atenção.

L'ETUDIANT

Os estudantes da Faculdade de Direito que desejem enviar artigos, sobre assuntos estudantis, para "L'ÉTUDIANT", devem entregar os originais ao Director-adjunto para as Relações Internacionais, ou, em último caso, a qualquer outro Director da A. A.

De preferência, os artigos devem vir traduzidos em francês ou inglês.

(*continuação da pág. 6*)

nacional. Não podemos viver hoje alheios e isolados dum mundo que se transforma a ritmo crescente e as exigências de uma participação em organismos internacionais acabarão por romper este ensinamento; é o que começa lentamente a verificar-se, embora num plano restrito e especializado. Nos últimos anos, com efeito, multiplicaram-se as tentativas de filiação e colaboração em organismos e reuniões mundiais. Delas vamos dar uma notícia resumida que, mais do que um interesse informativo, terá o de incentivar o desenvolvimento de novos contactos.

Foi a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico que, como em outros aspectos, iniciou entre nós o movimento de aproximação com organismos internacionais de estudantes. Assim, em 1953 e em 1954, participou em Gand e Paris nas assembleias de criação da Federação Internacional de Estudantes de Engenharia (F. I. A. N. E. I.). Embora impossibilitada de filiação nesse organismo especializado de 1955 a 1958, por imposição superior, conseguiu finalmente tomar lugar no 1.º Congresso Internacional de Estudantes de Engenharia, em Bruxelas, em Agosto de 1958, participando seguidamente na Assembleia Geral da F. I. A. N. E. I., em Agosto de 1959, em Lausanne, onde foi eleita para a vice-presidência desta organização.

Ao mesmo tempo, ao criar os Serviços de Turismo Universitário e a Secção de Intercâmbio, e, recentemente, o Departamento das Relações Exteriores, foi ainda a A. E. I. S. T. que abriu o caminho à formação de secções destinadas a promover os contactos internacionais, que se estenderam a várias Associações de Estudantes.

Delegações da A. E. I. S. T. assistiram, finalmente, aos Congressos da União Nacional dos Estudantes Franceses (U. N. E. F.) e da uresuuudm,nmmubu Etudiants Français (M. N. E. F.), na Páscoa de 1959, em Grenoble, bem como ao II Seminário Mediterrânico (Agosto e Setembro de 1959).

Por outro lado, a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, continuando esse exemplo de colaboração internacional, inscreveu-se e tem participado nas actividades da Associação Internacional de Estudantes de Ciências Económicas e Comerciais (A. I. E. S. E. C.), estando presente no seu XI Congresso, realizado em Colónia, em Março de 1959.

Também o Centro Desportivo Universitário de Lisboa (C. D. U. L.) é hoje membro da Federação Internacional do Desporto Universitário (F. I. S. U.), tendo colaborado nos Jogos Internacionais Universitários e participado na Assembleia Geral daquele organismo.

Concomitantemente ao interesse revelado por estas Associações e organismos académicos num contacto permanente e representativo em organizações internacionais, embora de carácter restrito e especializado, há que destacar a atenção e solidariedade manifestada, em várias reuniões internacionais de estudantes, pela situação e problemas dos estudantes portugueses. Assim, assinalemos as moções votadas sobre Portugal na 8.ª Conferência Internacional de Estudantes (C. I. E.) e no último Congresso da U. N. E. F., bem como o envio ao nosso país duma delegação da R. I. C. (Comission de Recherches et d'Information), organismo criado pela C. I. E. — COSEC, a que atrás fizemos referência. Recentemente, o convite dirigido à Associação de Estudantes do I. S. T., que se espera possa ser extensivo às outras A. E. de Lisboa, para assistir ao próximo Congresso da U. N. E. F. e aos Colóquios sobre Alojamento, a realizar em Lyon, no próximo mês de Abril, é mais um índice desse espírito de solidariedade e interesse pelo movimento académico português.

Este duplo caminho de aproximação faz prever um incremento da colaboração internacional dos estudantes portugueses, superadas que sejam certas limitações dum condicionalismo inevitàvelmente em tendência regressiva. Aguardemos com esperança, e nesse sentido apontemos os nossos persistentes esforços, a criação dum clima de cooperação fecunda com os estudantes de outros países que nos transmita, não só uma experiência de progresso, mas sobretudo de sincera e pacífica aproximação e amizade, anseio fundamental no momento internacional que vivemos.

A RETÓRICA DOS VALORES ULTRAPASSADOS

(continuação da pág. 16)

ceito de representatividade já foi suficientemente debatido e as entidades oficiais já reconheceram amplamente que os organismos que podem representar o estudante universitário como estudante universitário são as associações académicas respectivas. Isto à escala duma faculdade (caso de Lisboa) ou à escala duma cidade universitária (caso de Coimbra); à escala nacional, não existe nenhuma entidade que possa arvorar-se em representante do estudante universitário português. O departamento de relações exteriores da AEIST poderá, caso os responsáveis do «Pórtico» o desejarem, fornecer qualquer esclarecimento sobre as características do movimento associativo estudantil em Portugal ou no estrangeiro e sobre os diferentes organismos que representam o estudante à escala nacional e mesmo mundial.

Um chorrilho de contradições ressalta duma simples leitura do «Pórtico», mas uma frase existe que é particularmente triste e penosa: «Visa este sector do «Pórtico» contribuir para uma maior cultura geral do estudante universitário». E, em seguida, esse incremento de cultura geral é conferido através dum mediocre artigo de divulgação técnica sobre a aviação comercial, mais adequado para ser inserto num jornal para o estudante liceal dos primeiros anos ou no boletim de publicidade da TAP. Obrigado, «Pórtico», pelo aumento da cultura geral. E tristemente indaga-se: o que é a cultura geral para o «Pórtico»?

O «Pórtico» vem mais uma vez apregoar aos quatro ventos os slogans com os quais se pretende tudo remediar; encapotando-se em meia dúzia de lugares comuns, o «Pórtico» justifica as suas teorias à luz já mortiça da mística histórica e disfarça a sua completa incompetência cultivando a retórica de alguns valores que, embora fundamentais, de tanto repetidos por gentes que os utilizam como instrumentos de persuassão demagógica, se desumanisarem até já cheiarem a bafio.

Anuncia, no entanto, o «Pórtico» a realização duma série de iniciativas notàvelmente importantes, que, caso viessem a efectivar-se em moldes que permitissem uma livre e franca interferência dos estudantes universitários na sua elaboração, poderiam contribuir fortemente para aquela elevada missão a que o «Pórtico» se propõe: uma nova era para a Universidade. Esperemos, pois, mais minuciosas informações sobre as ditas iniciativas, nomeadamente um Congresso de Estudantes Universitários e a organização dum Estúdio Cinematográfico.

3 — A saída do «Pórtico» não é de forma alguma um facto ocasional. Ela integra-se perfeitamente dentro dum conjunto de iniciativas desesperadas através das quais certo sector pretende apossar-se, ou, antes, alcançar o prestígio de que as associações académicas gozam no meio universitário. Uma prospecção sistemática do movimento associativo dos últimos anos pode servir de útil referencial para explicar o caso da RUP; na realidade, as actividades associativas têm vindo a desenvolver-se segundo uma trajectória crescente tanto em quantidade como em qualidade. Como era inevitável, esse incremento e o consequente apoio que ele tem tido das massas estudantis traduziram-se no quase aniquilamento da ascendência que outras organizações tinham sobre a juventude universitária e não se pode deixar de acrescentar que a reabilitação cultural do estudante não se efectua com eventuais sessões de cinema ou teatro, com bailes no mais grã-fino dos nossos casinos. Uma acção cultural que realmente p r e t e n d e ser actuante, necessita de ser planificada cuidadosamente e de ser adaptada às características do meio, neste caso o universitário.

Os acontecimentos-chave da actividade associativa, apresentados simplesmente segundo uma ordem cronológica, são suficientemente significativos para deles se concluir o progresso das AA.: em 1956, o desporto universitário português passa a ser regido pelo CDUL, organismo directamente solidário com as AA.; em 1957 devido à acção conjunta das AA., nasce o Orfeão Universitário de Lisboa; em 1957, o decreto-lei 40.900, cuja saída suscitara viva controvérsia devido a colidir com alguns dos princípios basilares das AA., não é aprovado pela Assembleia Nacional, após uma longa série de elucidações e reivindicações que as AA apresentaram às entidades oficiais; em 1958, a AEIT (palavra em Portugal do intercambio estudantil internacional) obtem autorização para efectuar o 1.º campo de trabalho; em 1956 a AEIT e a AEISCEF obtêm autorização para se filiar nos organismos internacionais que agrupam as AA. das faculdades congéneres; em 1956 a AEIST é eleita por representantes de diversos países para o cargo de vice-presidência da FIANEI (associação internacional dos estudantes de engenharia); em 1956 e 1959 as comissões pró-associação de Letras e Medicina estão em pleno florescimento e obtêm o apoio e a adesão da quase totalidade dos respectivos alunos, enquanto que simultâneamente as suas actividades são elogiadas pelas autoridades universitárias.

Este progresso constante das AA. também não é ocasional; ele verifica-se devido a uma crescente consciencialização das massas estudantis perante os seus mais prementes problemas pedagógicos, culturais e sociais. Como é óbvio, essa conscencialização implica simultâneamente uma participação nas AA. e uma renúncia perante outros organismos, que perseverantemente tentam captar as atenções do estudante que parece não compreender os puros ideais que esses organismos lhe procuram inculcar.

A saída do «Pórtico» parece pois integrar-se no conjunto de iniciativas tendentes a aliciar o estudante para as fileiras quase desertas do conformismo que pretende ser redentor, mas que nada redime. Esperemos as próximas realizações da RUP, que, repetimos, organizadas de modo a não sofrerem qualquer dirigismo de entidades exteriores do meio universitário estudantil, poderão talvez ser úteis. Mas, sinceramente, esperamos (deveremos esperar?) também a modificação do «Pórtico».

Vive, dizes, no presente;
Vive só no presente.
Mas eu não quero o presente, quero a realidade;
Quero as coisas que existem, não o tempo que as mede.

(Alberto Caeiro)

Vous avez vu un événement ordinaire,
Un événement comme il s'en produit chaque jour.
Et cependant, nous vous en prions,
Sous le familier, découvrez l'insolite,
Sous le quotidien, décelez l'inexplicable.
Puisse toute chose dite habituelle vous inquiéter.
Dans la règle découvrez l'abus,
Et partout où l'abus s'est montré,
Et partout où l'abus s'est montré,
Trouvez le remède.

(coro dos actores no fim da peça «l'exception el la règle»)

de B. Brecht

SACOR

A SUA REFINARIA DE CABO RUIVO
TEM UMA CAPACIDADE ANUAL
DE LABORAÇÃO SUPERIOR A

1.200.000 TONELADAS

E PRODUZ:

Propano
Butano
Gasolina
Supercarburante
Jet-fuel
White-spirit
Petróleo
Petróleo para motores
Gasóleo
Diesel-oil
Fuel-oil
Asfalto
Enxofre
Anidrido sulfuroso

SACOR

UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO
INDUSTRIAL AO SERVIÇO DA
ECONOMIA DO PAÍS

PELO ALARGAMENTO das associações de estudantes

por vezes, por grandes dificuldades, a sua concepção de Associação seja muito mais a de um ponto de colheita de benefícios práticos e reais, que de colaboração na criação desses benefícios. Mas não seria um erro desses nossos colegas supor que para a realização de tais objectivos — afinal comuns a quase todos — a acção de cada um para seu lado, com os escassos meios próprios, ainda é a melhor? Não teremos nós, para os convencer do seu erro, abundado simplesmente em palavras e mais palavras, tantas vezes vagas e tantas vezes ocas? Não teremos nós, à força de sermos ocos por falta de orientação, ficado um pouco convencidos da inutilidade da união, da associação para os problemas académicos mais importantes — os mais sentidos e os mais graves — sejam eles pedagógicos, económicos, culturais, etc.?

Vou dar um exemplo, para mostrar bem a profundidade deste estado de coisas. Há tempos encontrei um membro, e bastante competente, da Direcção de uma das mais destacadas A. E. de Lisboa. Claro, falámos destes assuntos. A certa altura, ele teve esta expressão: «Mas que problemas vamos nós *arranjar* para unir os estudantes?» Foi uma precipitação. Mas é uma caricatura que revela bem a nossa posição actual: à força de ignorarmos os principais problemas estudantis, já quase imaginamos que temos de inventá-los para alargar as Associações...

É certo, e é bem verdade, que as Associações Académicas lançam muitas iniciativas interessantes que, por vezes, têm bem pouco eco em largo número de estudantes. A uma conferência de Música vão uns 15 estudantes (ainda que há uns tempos, é preciso salientar, não se fizesse sequer a conferência).

Mas não haverá em muitas A. E. um espírito realizativozinho, no mau sentido da palavra, isto é, de fazer para apresentar trabalho à Assembleia Geral do relatório e contas, sem que se cuide de ver o que interessa mais ou menos ao estudante em geral, o que mais importância tem para o alargamento das A. A. e solução dos problemas estudantis? E não estaremos nós a cair, assim, no associativismo catedrático (com a diferença de que nós não podemos marcar faltas...), pouco fazendo por um papel mais activo do estudante no ensino e vida da Faculdade, colaborando nas nossas iniciativas, pelo papel de espectador que lhe damos desde o início, no desenvolvimento duma morna passividade académica? (As conferências ouvem-se, as exposições vêem-se, as folhas compram-se, os descontos usam-se, etc., etc.). Não estaremos já, sem o sentirmos, por facilitação, a pensar naquelas realizações em que nós podemos fazer tudo para que o estudante, no fim, colha simplesmente, passivamente, os benefícios, necessàriamente mais reduzidos? Não será isso, pelo seu carácter exclusivo, (que eu não combato, como é óbvio, as realizações acima referidas) uma contribuição mais para o aumento da passividade de desinteresse, e para a redução ao menos importante das actividades associativas? Não será fruto disso o facto de quando pensamos em lançar qualquer actividade, pensarmos muito na propaganda — o que não é um mal — mas muito pouco na sua organização, na organização da participação estudantil nessa actividade, ao mesmo tempo que dedicamos exagerado tempo às altas «políticas» associativas, aos cargos e carguinhos? Não estaremos a cair num círculo vicioso de agência que não interessa muita gente porque é agência, e é agência porque muita gente não se interessa?

II

Face a esta situação, o que defendemos não é novo. Já em 1954 a IV Reunião das Três Academias definiu um caminho que hoje quase só importa actualizar.

O que defendemos é a união e associação dos estudantes *para* a resolução dos seus principais problemas académicos.

O que defendemos, é o desenvolvimento das A. E. através de uma maior realização dos seus fins.

O que defendemos é que os fins, os objectivos das A. E. são mesmo os seus *fins*, o objectivo importante, a sua razão de ser, e que as A. E. são realmente um dos melhores *meios*, de o realizar.

O que defendemos é, pois, a prevalência nas suas preocupações, nas nossas discussões, nas nossas actividades, de tudo o que vise realizá-los, contra toda a valorização de todos os problemas internos, de todas as burocracias, de todos os derivativos.

O que defendemos é que, da mesma forma que para os problemas gerais dos estudantes como estudantes a sua associação é o melhor passo para a resolução desses problemas, para a resolução de cada problema específico a união dos directamente interessados é também a melhor via.

O que defendemos é que o desenvolvimento geral das Associações passa pelas várias uniões dos directamente interessados em torno de cada problema ou aspiração específica.

O que defendemos é que hoje, no estado actual das Associações, é bem mais razoável pensar que os estudantes acorram a esta ou àquela actividade sobre este ou aquele problema bem concreto e demarcado, em que vejam viabilidade de solução e a solução dependa da sua presença, do que as grandes e vagas discussões gerais de que pouco esperam, e às vezes com muita razão.

Isto defendemos na generalidade. Mas é bom sair dela, e depressa, se queremos realmente fazer alguma coisa de novo.

Que importa fazer?

1.º — Que todas as A. E., que cada A. E., que cada Direcção, cada secção ou comissão de estudantes estudem e realizem, dentro do seu campo de actividades, pequenas e grandes formas de aumentar o convívio, o conhecimento, o contacto entre os estudantes. Como poderão os estudantes unir-se e entender-se se não conviverem? Como vencerão as suas divergências e desconfianças, a sua timidez, o seu cepticismo, se continuarem fechados no seu mundo? Desde os campeonatos internos de futebol aos seminários de estudo, passando pelos jantares e festas, todas as formas são úteis e benvindas.

22.º — Que todas as A. E., que cada A. E., etc., estudem os principais problemas que se põem, dentro do seu campo de actividades, aos estudantes, e busquem desde já caminhos ou vias de resolução concretas, realizáveis.

3.º — Que, paralelamente, se contactem directa e pessoalmente os estudantes, para conhecimento das suas maiores dificuldades e discussão das formas de as atenuar e vencer. São muitas vezes os directamente interessados que, não só nos descrevem melhor as suas dificuldades, como, por matutarem e matutarem nelas, nos dão as melhores sugestões de iniciativas a tomar.

4.º — Que, para cada problema concreto, para cada específica aspiração académica, com base nessas sugestões se marquem reuniões abertas a todos os interessados.

5.º — Tais reuniões, não só deverão ser divulgadas por todos os processos habituais e inabituais de propaganda (frases nos quadros, convocatórias escritas distribuídas nas aulas, anúncios orais à saída das aulas, gravações no bar, etc., etc.) como muito especialmente pelo contacto pessoal, directo: estudante que se encontra, é estudante a quem se fala no assunto.

6.º — É por isso uma questão de grande importância a criação, a par do delegado de curso, de comissões de curso activas, que levem e tragam constantemente sugestões, ideias, críticas, do maior número de estudantes.

7.º — Dessas reuniões devem sair comissões ou secções constituídas pelos directamente interessados, que tomarão assim nas suas mãos o prosseguimento da iniciativa.

Para concretizar melhor o que penso vou dar dois exemplos saídos da actividade da secção em que trabalho, a Secção Pedagógica.

Um dos problemas grandes que temos na Faculdade é o dos voluntários. Em cada 3 estudantes, 1 é voluntário. Como interessá-los pela vida da Faculdade? Como facilitar a sua participação no ensino, atendendo a que a grande maioria está empregada?

Como pouco sabíamos dos seus problemas, logo de início decidimos que o mais importante era contactar com eles para conhecer a sua situação. Como? Através de um inquérito bastante simples. Mas isso não chegava. Para interessar, é preciso desde logo mostrar possibilidades de realizar, alguma coisa. Resolvemos então lançar algumas ideias. Por exemplo: que iríamos procurar gravar algumas aulas, para possível reprodução à noite na Faculdade, que iríamos ajudar a criar para os voluntários interessados, a horas possíveis, seminários de estudo. Com base nisto, começámos a falar-lhes numa reunião sobre os problemas dos volluntários, a fazer no dia 15, pelas 21,15, na Associação. Falámos-lhes nos cafés, nos corredores, antes dos exames.

continuação da pág. um

Falámos-lhes no inquérito. O resultado está a exceder a nossa própria expectativa. Não só estão vivamente interessados, como nos dão novas e belíssimas ideias. Por exemplo: a de conseguir que uma emissora leia semanalmente os sumários das diferentes cadeiras, a uma hora fixa; que se peça às entidades públicas e particulares e dispensa, da parte da manhã, dos estudantes voluntários interessaddos em frequentarem as aulas, por compensação da parte da tarde e ajuda dos colegas de escritório, etc. Estou certo de que uma sub-comissão de estudantes voluntários, saídos da reunião, poderá ser extremamente útil à vida da Faculdade.

Outro exemplo: a situação dos recém-formados. Todos nós sabemos que muitos recém-licenciados em Direito não exercem a sua profissão, após anos e anos de estudo. Uma forma que nos ocorreu de vencer as suas dificuldades seria a da constituição de cooperativas recém-licenciados, tipo policlínica dos médicos, que permitirão, não só reduzir as despesas, como aumentar as receitas. Feita uma exposição a um membro da Ordem dos Advogados, este informou-nos de que, ainda que pessoalmente concordasse com a sugestão, o Estatuto Judiciário não o permitia. Ele próprio nos sugeriu uma forma de procurar obter a sua alteração: apresentação, sobre ao assunto, de uma tese sujeita a debate no Instituto da Confernêcia da Ordem dos Advogados, sendo depois, possivelmente, as suas conclusões levadas ao Sr. Ministro de Justiça. Nessa base, convocámos uma reunião para o dia 16 de Fevereiro, pelas 21,15, na sede da Associação. Há inúmeros estudantes interessados. Não poderá uma nova sub-comissão, apoiada por todos nós, fazer um belo trabalhos neste ponto?

Tal é o caminho que me parece que hoje as A. E. devem seguir. Ele lhes dará uma nova riqueza em gentes e horizontes.

Sous le quotidien, décelez l'inexplicable.
Derrière la règle consacrée, discernez l'absurde.
Méfiez-vous du moindre geste, fut-il simple en apparence.
N'acceptez pas comme telle la coutume reçue,
Cherchez-en la nécessité.
Nous vous en prions instamment, ne dites pas: «C'est naturel»
Devant les événements de chaque jour.
A une époque où règne la confusion, où coule le sang,
Où on ordonne le désordre,
Où l'arbitraire prend force de loi,
Où l'humanité se déshumanise...
Ne dites jamais: «c'est naturel»
A fin que rien ne passe pour immuable.
(coro dos actores no fim da peça «L'exception el la règle»)

de B. Brecht

HUMBERTO BELO:

a retórica dos valores ultrapassados

(COMENTÁRIO A PRÓPOSITO DO APARECIMENTO DUM JORNAL CHAMADO "PORTICO")

1 — Num dos últimos dias de aulas do mês de Dezembro, através de grandes estrategicamente colocados à saída das Faculdades, foi distribuído gratuitamente um jornal com o nome de «Pórtico», que parece ser órgão duma entidade chamada «Revista Universitária Portuguesa». O nome mágico da RUP não é totalmente desconhecido dos dirigentes associativos de Lisboa; na realidade, no ano passado, estes foram convidados a assistir a «uma conferência de Imprensa, Rádio e Televisão, seguida de cocktail» onde foram proferidas certas retumbantes declarações sobre a futura actividade da RUP, declarações essas que, por serem flagrantemente discutíveis, procuraremos analisar mais adiante. Aproximadamente um ano depois, surge «Pórtico», primeiro vestígio real da existência da RUP. A saída do «Pórtico» não mereceria o menor comentário se não fosse necessário efectuar desde já algumas rectificações a afirmações nele contidas, não mereceria o menor comentário se não fossem as significativas ilacções que se podem deduzir do seu aparecimento e subsistência. E não mereceria nenhum comentário porque, embora envolvido duma série de aspirações que são certamente comuns a muitos (quem não deseja, por exemplo «uma nova era para a Universidade»?), o «Pórtico» na sua totalidade transparece uma perfeita rarefacção de ideias e pretende vir vivificar alguns conceitos que já provaram cabalmente a sua falência irremediável.

O primeiro número de qualquer publicação vem sempre envolvido por uma certa aura de esperança e mistério, o que confere uma responsabilidade imediata aos seus organizadores. Estes, manejando com a arma penetrante que é a palavra, forjando a opinião pública através da imprensa, tornam-se responsáveis perante si e perante a colectividade por aquilo que divulgaram. Compete ao homem-colectivo que é o leitor, encorajar os seus dirigentes quando a matéria escrita o informou honestamente, quando o ajudou a reconhecer-se a si mesmo, quando contribuiu para concretizar as suas aspirações. Quando sucede o inverso, isto é, se a sua problemática permanece insolúvel, se o jornal estratifica a mil milhas de distância daquilo que lhe parece premente, agudo e inalienável, se o jornal não cumpre a sua mais lídima missão que é a de esclarecer, então ao leitor advertido só se apresenta um caminho: criticar construtivamente o que pode ser melhorado, apontar as lacunas e rectificar o que tem desde logo de ser rectificado.

A maior parte das publicações que tem vindo a abrir perspectivas, a indicar novos caminhos, aos problemas associativos e universitários, tem sido, como é natural, órgãos de organismos académicos: Quadrante, Via Latina, AEIST, boletim do Orfeão do Porto, boletins das diversas associações académicas. Num outro aspecto, o jornal dos universitários católicos «Encontro», também deve ser salientado pela invariável tenacidade com que procura soluções para uma universidade nova, e muito particularmente pelo apoio constante que tem prestado às A. A.; estas publicações e porventura outras têm constituído um núcleo vivo duma ampla discussão em torno da Universidade. Dentro das suas possibilidades e alcance, e coerentemente com as bases doutrinárias que representam, todas elas têm apresentado uma visão desencantada da universidade e consequentemente procura de novos valores. A saída duma publicação que pretende servir a Universidade é, pois, em princípio, digna de elogio e alvo de natural ansiedade; mas quando se apreende que essa publicação é um derradeiro baluarte duma mentalidade obsoleta, que quere fazer reviver conceitos que já provaram cabalmente a sua inoperância, o travo amargo da desilusão vem mais uma vez apossar-se de nós.

Para quem acredita que os factos mais banais da nossa vida quotidiana, que os impulsos que norteiam a nossa maneira de existir, não são de forma alguma efectuados por acaso, mas que se integram e são reflexo dos multifacetados aspectos que definem um dado momento histórico, o comportamento da juventude é uma das mais preciosas fontes onde o pesquisador pode ir encontrar matéria para as suas cogitações. Na realidade, o comportamento duma juventude, mesmo quando errado, o que sucede quando por exemplo ela formula juízos de valor inadequados ao problema sobre o qual incidem, quando, consciente ou inconscientemente, serve de «testa de ferro» a interesses que não são os seus, diziamos que esse comportamento pode ser justificado pela análise de todos os factores político-sociais que determinaram a sua evolução; a juventude é alvo duma insistente cultura dirigida à qual muitos não conseguem interpor os necessários recursos de inteligência e veracidade. Fazemos estas considerações porque um dos aspectos mais salientes após a leitura do «Pórtico» é a sinceridade com que o seu director se apresenta, a ingenuidade que revela perante os candentes problemas da Universidade e, principalmente, o ar cândido de que se revestem os seus escritos. Porque acreditamos na abnegação que o director do «Pórtico» parece ter pelo seu jornal, e porque acreditamos que a juventude encerra dentro de si potenciais de generosidade que quando desencadeados inevitàvelmente contribuem para o progresso do mundo, queremos acreditar que os retrocessos duma certa juventude são passageiros, e que essa juventude, mais cedo ou mais tarde, se compenetrará, como diz Charlot no inesquecível final do filme «O ditador»: «Combatamos por um mundo novo, um mundo decente que dê a cada homem a possibilidade de trabalhar, que dê um futuro à juventude, e que ponha os velhos ao abrigo na necessidade...»

2 — Na 1.ª pág. do «Pórtico» pode-se ler: «numa conferência de Imprensa, Rádio e Televisão, foi lida uma comunicação em que se pedia aos representantes dos periódicos que assistiam que comunicassem a Portugal que a Universidade ia entrar numa nova era»; *utilizando esta linguagem tonitroante, o «Pórtico» converte-se assim num moderno redentor que vem salvar a Universidade. Mais adiante:* «não se estranhou muito a indiferença, o ataque e o cepticismo com que certos colegas unversitários acolheram a notícia — pois conhecemos a Universidade e só por isso pensámos em fundar a R. U. P.»; *o «Pórtico»* quem tem ainda em si a força suficiente que faz com que não se tema o perigo, por amor do Bem geral, é que poderá apoiar a RUP. E vencemos». *Aceitemos portanto a vitória do «Pórtico».*

Mas, mesmo vitorioso, o «Pórtico» terá que se resignar a ouvir alguém que não aceita a sua vitória. Assim, embora comovido e fortemente impressionado com esse triunfo, gostaria que me explicassem alguns propósitos que a RUP enunciou. Num prospecto que é encimado pelo título «principais pontos orientadores e objectivos da primeira fase da RUP» lê-se o seguinte, entre outras coisas: «A RUP não tem partidos políticos nem crença religiosa adoptados. A RUP será o grande baluarte da luta contra as ideias utópicas ou ausência de religião no meio universitário. A RUP está isenta de submissões criadas por auxílios materiais e livre de orientações únicas». *Surge assim a primeira humilde interrogativa: como vai a RUP, que não tem crença religiosa adoptada, lutar contra a ausência de Religião na Universidade (a não ser que se proponha ser divulgadora imparcial tanto do budismo, como do adventismo, etc.)? Quais são as ideias utópicas (a utopia varia significativamente com o tempo, com as coordenadas geográficas e até com os próprios interesses particulares das pessoas; já que o «Pórtico» apela tanto para a época gloriosa do passado, não seria uma utopia, antes de ser realidade, a descoberta do caminho marítimo para a Índia)?*

Como é que a RUP consegue conciliar a declaração em que afirma estar livre de submissões materiais e livre de orientações únicas e por outro lado reconhece que é apoiada (moralmente ou materialmente)? Sucede que qualquer tipo de apoio nunca é prestado a título gracioso; um apoio pressupõe uma certa afinidade entre apoiado e apoiando.

Mais ainda: o «Pórtico», no seu editorial da 1.ª pág., afirma ser o orgão oficial do universitário; antes de mais, cumpre dizer que o autor deste artigo, e certamente muitos outros estudantes, não lhe reconhecem o menor direito nem competência para ser o seu representante seja onde for. O con-

(continuação na pág. 5)